



Alto Tâmega e Barroso

Comunidade Intermunicipal

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

ANO FINANCEIRO DE 2025

APROVAÇÃO

Pelo Conselho Intermunicipal em reunião de 07/04/2026

Pela Assembleia Intermunicipal em reunião de 21/04/2026



ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
INTRODUÇÃO	4
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
OBJETIVOS E ATIVIDADES	9
ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	10
Divisão de Administração Geral (DGA)	10
Divisão de Promoção e Desenvolvimento	15
Unidade de Empreendedorismo e Captação de Investimento	15
Unidade de Cultura, Turismo e Educação	18
Unidade de Intervenção Social	32
Unidade de Promoção de Produtos Endógenos.....	34
Divisão de Gestão dos Fundos Europeus	38
Divisão de Planeamento Territorial	45
Unidade de Mobilidade e Transportes	45
Unidade de Planeamento, Ordenamento do Território, Ambiente, Energia e Recursos Naturais	47
Unidade de Florestas e Serviços de Ecossistema	50
Sistemas e Tecnologias da Informação	58
Outras atividades desenvolvidas	58
RELATÓRIO DE CONTAS	59
INTRODUÇÃO	59
ANÁLISE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	60
Execução da Receita	61
Execução da Despesa	62
Proposta de aplicação de Resultados	63
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	69
Demonstrações Financeiras.....	70
Balanço	70
Demonstração de Resultados por Natureza.....	72
Demonstrações das Alterações do Património Líquido	74
Demonstração dos Fluxos de Caixa	76



Mapa de Empréstimos	78
Demonstrações Orçamentais	80
Demonstração do Desempenho Orçamental	80
Demonstração Orçamental da Receita	83
Demonstração Orçamental da Despesa	87
Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimentos	91
Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldo	93
Anexos às Demonstrações Orçamentais	95
Anexo I - Alterações Orçamentais da Receita	95
Anexo II - Alterações Orçamentais da Despesa	97
Anexo III - Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos	101
Anexo IV – Operações de Tesouraria	103
Anexo V – Situação dos Contratos	105
Anexo VI – Transferências Concedidas	109
Anexo VII – Transferências Obtidas	111
Outros – Síntese de Reconciliações Bancárias	123
Relação Nominal dos Responsáveis	129
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	131
ENCERRAMENTO	134



RELATÓRIO DE GESTÃO

Ano Financeiro de 2025

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025

INTRODUÇÃO

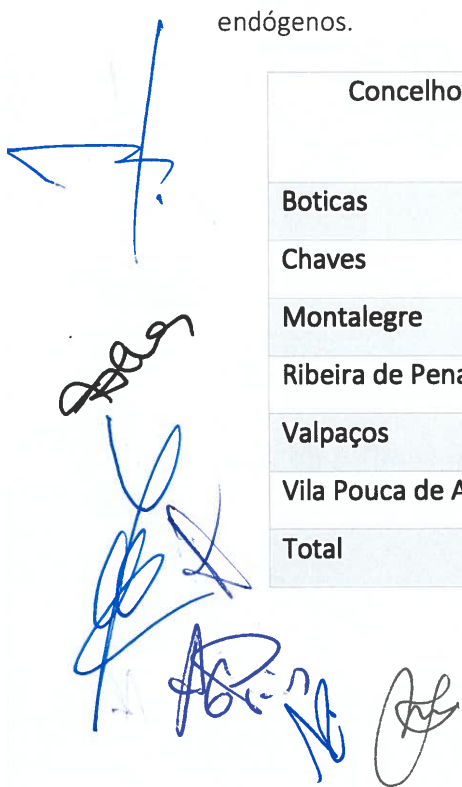
A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIMAT) é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza associativa e âmbito territorial específico. Rege-se pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelos seus Estatutos e demais disposições legais aplicáveis, tendo em vista a prossecução de interesses comuns aos Municípios que a integram: Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

A CIMAT constitui-se como unidade administrativa correspondente à NUT III Alto Tâmega e tem a sua sede na Avenida dos Aliados, n.º 9, na cidade de Chaves.

Enquadramento territorial e demográfico

A área geográfica do Alto Tâmega e Barroso estende-se por 2.922 km², correspondendo a 13,7% da Região Norte.

A população residente, segundo os Censos 2021, é de 84.330 habitantes, o que representa 2,6% da população regional. Estes números evidenciam um território marcado por uma baixa densidade populacional, característica que coloca desafios, mas também abre oportunidades únicas de desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e valorização dos recursos endógenos.



Concelho	Freguesias (nº)	Área do Concelho (km ²)	População (Censos 2021)
Boticas	10	321,96	5 002
Chaves	39	591,23	37 623
Montalegre	25	805,46	9 279
Ribeira de Pena	5	217,46	5 887
Valpaços	25	548,74	14 714
Vila Pouca de Aguiar	14	437,07	11 825
Total	118	2921,92	84 330



Chaves destaca-se como o concelho mais populoso, concentrando cerca de 45% da população da CIMAT, assumindo-se como principal polo urbano e centro de serviços.

Montalegre, com a maior área territorial (805 km²), evidencia o carácter rural e montanhoso do Alto Tâmega e Barroso, onde a dispersão populacional e o despovoamento são fenómenos marcantes.

Ribeira de Pena é o concelho mais pequeno em termos de extensão territorial e número de freguesias, mas apresenta dinâmicas relevantes de ligação ao litoral pela proximidade ao distrito de Vila Real e à A7.

Valpaços e Vila Pouca de Aguiar representam importantes eixos de ligação entre o Alto Tâmega e a Região Norte, sendo territórios com forte vocação agrícola, mineira e florestal.

Boticas, apesar da menor dimensão populacional, tem um peso cultural e ambiental significativo, sendo referência na valorização do património natural e na preservação da biodiversidade. Este território de grande diversidade interna combina áreas urbanas e rurais, serranas e agrícolas, constituindo uma região com desafios comuns, mas também com fortes complementaridades. A sua gestão em rede, através da CIMAT, permite potenciar sinergias e concretizar estratégias conjuntas de desenvolvimento, fundamentais para a coesão territorial, social e económica.

O Alto Tâmega e Barroso enfrenta desafios estruturais – envelhecimento demográfico, dispersão da população, debilidade de acessibilidades e dependência de setores tradicionais. Contudo, dispõe igualmente de recursos diferenciadores que constituem oportunidades de desenvolvimento:

- **Valorização dos recursos endógenos**, como a água, a floresta, a agricultura e a pecuária.
- **Turismo de natureza, cultural e termal**, aproveitando a autenticidade e singularidade do território.

- **Transição energética e neutralidade carbónica**, com destaque para a produção hidroelétrica, eólica e exploração de recursos minerais estratégicos.
- **Inovação e digitalização**, como forma de reduzir desigualdades territoriais e aproximar serviços das populações.
- **Reforço da cooperação intermunicipal**, enquanto instrumento fundamental para alcançar maior competitividade, coesão social e sustentabilidade.

Assim, a CIMAT pretende consolidar uma estratégia de desenvolvimento integrado, capaz de valorizar os recursos do território, melhorar a qualidade de vida das populações e afirmar o Alto Tâmega e Barroso como um espaço de oportunidades, inovação e bem-estar sustentável.





ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Equipa Técnica da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIMAT), ao contrário do que sucedia na sua fase inicial, é atualmente constituída maioritariamente por técnicos próprios, integrados na estrutura da instituição. Esta evolução permitiu reforçar a autonomia e a capacidade de resposta da CIMAT, garantindo maior proximidade aos municípios e eficácia na concretização das políticas intermunicipais.

Nos últimos anos, a CIMAT tem vindo a receber novas funções e competências, o que exigiu o reforço e a reconfiguração da sua estrutura organizacional. Este esforço de capacitação interna é considerado estratégico e deverá prosseguir nos próximos anos, consolidando uma equipa técnica qualificada e permanentemente disponível para apoiar os municípios, seja na elaboração e submissão de candidaturas, seja na sua execução e acompanhamento, de acordo com as orientações do Conselho Intermunicipal.

No ano de 2023, foi aprovada uma alteração da estrutura organizacional e funcional, resultando na criação de quatro divisões centrais, que se encontram plenamente operacionalizadas:

- **Divisão de Administração Geral** (RH, Administração, Finanças e Unidade de Contratação Pública);
- **Divisão de Promoção e Desenvolvimento** (Unidades de Empreendedorismo e Investimento; Cultura, Turismo e Educação; Intervenção Social e Saúde; Produtos Endógenos);
- **Divisão de Gestão de Fundos Europeus** (apoio à programação, candidaturas e execução financeira de projetos);
- **Divisão de Planeamento Territorial** (Unidades de Planeamento, Ordenamento, Ambiente e Recursos Naturais; Mobilidade e Transportes; Florestas e Serviços de Ecossistema).

Esta estrutura, ilustrada no organograma abaixo, assegura uma organização funcional mais eficiente, capaz de responder de forma integrada aos desafios do território e de apoiar a concretização dos eixos estratégicos definidos pela CIMAT.

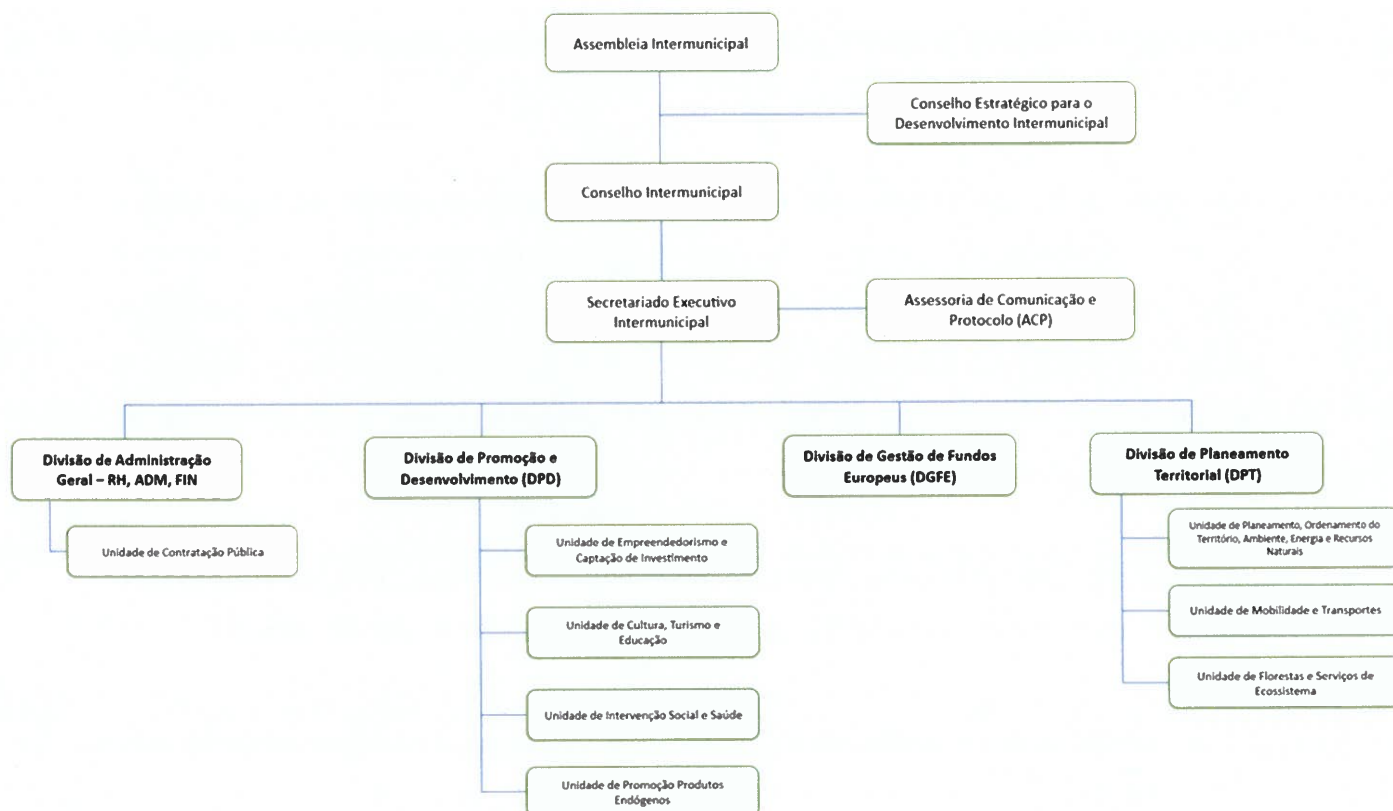


Figura 1 - Estrutura organizacional e funcional da CIMAT

A atividade relacionada com o suporte aos Sistemas e Tecnologias de Informação continuam externalizadas.

O Conselho Intermunicipal tomou posse a quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco.

A Assembleia Intermunicipal foi instalada a trinta de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

O Secretariado Executivo Intermunicipal eleito iniciou funções a um de janeiro de dois mil e vinte e cinco.

OBJETIVOS E ATIVIDADES

A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIMAT) visa, fundamentalmente, garantir a articulação dos Municípios na materialização de estratégias que envolvam as instituições do nosso espaço territorial, numa verdadeira dimensão supramunicipal, numa lógica de curto, médio e longo prazos, aproveitando as sinergias existentes, otimizando recursos e procurando atrair investimento para o território.

A atividade da CIMAT é norteada nos seus propósitos, pela necessidade de apoiar, estimular e assegurar crescimento e criação de emprego, promovendo o desenvolvimento económico, social e ambiental do território, fomentando a produtividade e a coesão social.

O Alto Tâmega pretende tirar partido de todas os instrumentos que estão ao seu alcance para aumentar a eficácia e eficiência na gestão da Sub-região, favorecendo o aproveitamento de oportunidades e proporcionando a criação e implementação de novas dinâmicas, no contexto das atuais estratégias nacionais e europeias, que sublinham a importância dos territórios e do seu papel aglutinador de políticas sectoriais como recursos essenciais para o desenvolvimento.

Em simultâneo e de forma sistemática, a CIMAT vai continuar a reforçar os laços existentes e criar novas e renovadas sinergias entre os Municípios pela análise e discussão integrada dos problemas no Território, a cooperar com a CCDRN e com outras CIM's, nomeadamente as que nos são mais próximas, a promover a Cooperação Transfronteiriça em novos contextos institucionais, legais e operativos, a estabelecer redes de incorporação de saber e tecnologia com Instituições de Ensino Superior, a dinamizar a atualização, circulação e disponibilidade de dados no território, a desenvolver a coordenação da oferta de Formação Profissional no Alto Tâmega, a proporcionar aos colaboradores dos Municípios Ações de Formação específicas, em conformidade com as necessidades identificadas, a garantir a necessária disponibilidade de pessoas e meios para as respostas possíveis a situações imprevistas.

Em concreto, no ano de 2025 a CIMAT continuou diretamente responsável pela realização das Atividades decorrentes de operações objeto de Candidaturas a Fundos Europeus.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Divisão de Administração Geral (DGA)

A Divisão de Administração Geral – Recursos Humanos, Administrativa e Financeira (DAG) é crucial a todo o funcionamento da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIMAT). Compete à DAG, designadamente, proceder à gestão dos recursos humanos, dos serviços administrativos e dos serviços financeiros da CIMAT, apoiando ainda em permanência todas as divisões e unidades, de forma a garantir a prossecução das suas atribuições. Assim, a DAG tem a sua atuação assente em seis vertentes; a saber:

1) Gestão de Recursos Humanos

- a) Processamento de vencimentos;
- b) Gestão de faltas, licenças e férias;
- c) Recrutamento, contratação e cessação de funções;
- d) Avaliação de desempenho, assiduidade e cadastro do pessoal;
- e) Apoio às prestações sociais e obrigações fiscais.

2) Gestão dos Serviços Administrativos

- a) Organização do expediente;
- b) Apoio aos órgãos da CIMAT;
- c) Divulgação de normas e documentos oficiais;
- d) Gestão e conservação do arquivo geral;
- e) Atendimento ao público e emissão de certidões.

3) Gestão dos Serviços Financeiros e Património

- a) Organização da prestação de contas;
- b) Processamento de despesas e receitas;
- c) Elaboração do orçamento e controle orçamental;
- d) Coordenação da execução financeira;

- e) Envio das contas ao Tribunal de Contas;
- f) Gestão de fundo de maneoio;
- g) Inventário e cadastro de bens móveis;
- h) Seguros;
- i) Registo de bens e equipamentos.

4) Contratação Pública

- a) Operacionaliza os procedimentos de contratação pública e aprovisionamento, relativos a aquisição de bens, serviços e empreitadas de obras públicas;
- b) Garante apoio jurídico nos processos de contratação;
- c) Preparação de documentos e minutas dos procedimentos;
- d) Prestação de esclarecimentos a entidades tal como o Tribunal de Contas e a Inspeção Geral de Finanças;
- e) Apoio à execução contratual em articulação com os serviços internos;
- f) Realização de consultas ao mercado para futuras compras;
- g) Controlo de prazos e condições contratuais;
- h) Gestão de base de dados de fornecedores para consultas/convites.

5) Apoio Jurídico

- a) Elaboração de estudos, pareceres e regulamentos;
- b) Interpretação da legislação;
- c) Apoio jurídico aos órgãos da CIMAT;
- d) Acompanhamento de processos judiciais.

6) Acompanhamento das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC)

- a) Acompanhamento das matérias inerentes às TIC;
- b) Cibersegurança;
- c) Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- d) Portal do denunciante.



A. Gestão de Recursos Humanos

a) Relativamente a esta temática, face à necessidade da CIMAT reforçar o seu corpo técnico e operacional, procedeu-se em 2025 ao lançamento de 2 procedimentos concursais de recrutamento, a saber:

- Abertura de procedimento concursal de recrutamento para celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para 1 assistente técnico cujas funções serão exercidas na Divisão de Administração Geral – Recursos Humanos, Administrativa, Financeira.
- Abertura de procedimento concursal de recrutamento para celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para 1 técnico superior (jurista) cujas funções serão exercidas na Divisão de Administração Geral – Recursos Humanos, Administrativa, Financeira.

Estes procedimentos, estão de momento em curso, tendo sido concretizado o método de avaliação curricular e em consequência estão também já agendadas as Entrevistas de Avaliação de Competências.

b) Entretanto deve ainda salientar-se que no âmbito das reservas de recrutamento interna constituídas no âmbito dos procedimentos, procedeu a CIMAT à utilização de 1 reserva de recrutamento, a saber:

- (i) 1, assistente operacional (sapador florestal) – CIMAT recorre à reserva de recrutamento constituída no âmbito procedimento concursal aberto em 2024, em consequência foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

c) Quanto ao Técnico Superior da área do direito que exercia funções na Divisão de Administração Geral – Recursos Humanos, Administrativa, Financeira, encontra-se desde 1 de dezembro de 2025, a exercer funções noutra entidade em regime de comissão de serviço.

d) Em relação ao Técnico Superior da área do turismo, com funções exercidas no posto de turismo da CIMAT, encontra-se desde 1 de julho de 2025, a exercer funções noutra entidade, em regime de mobilidade.



e) Atendendo ao exposto em matéria de recursos humanos, atualmente a CIMAT dispõe no total de 51 elementos, distribuídos da seguinte forma:

Quadro de pessoal da CIMAT	
<u>Carreira/Categoria</u>	<u>N.º</u>
Técnico Superior	19
Assistente Operacional	28
Em regime de Comissão de serviço	3 chefias intermédia de 2.º grau; e 1 chefia intermédia de 3.º grau
Total:	51 elementos
NOTA: Duas chefias intermédias de 2.º grau têm o posto de trabalho cativo no quadro de pessoal da CIMAT, na carreira e categoria de Técnico Superior.	

B. Apoio Jurídico

Aqui é assegurado o suporte a assuntos de natureza jurídica, designadamente no âmbito da elaboração de pareceres, informações, normas e regulamentos internos; recolha, tratamento e divulgação de legislação, bem como o acompanhamento de processos judiciais.

C. Contratação Pública

(Unidade de Contratação Pública)

Nesta temática e sob a supervisão da Divisão de Administração Geral – Recursos Humanos, Administrativa, Financeira, dispõe a CIMAT da Unidade de Contratação Pública, responsável pela preparação e acompanhamento dos procedimentos de contratação pública, assumindo também a gestão e execução do aprovisionamento.

Neste seguimento, em 2025 foram lançados um total de 18 procedimentos de contratação pública, distribuídos pela seguinte tipologia de contrato:

Tipo de Procedimentos	N.º	Tipo de contrato			TOTAL
		<u>Aquisição de serviços</u>	<u>Aquisição de serviços/locação de bens</u>	<u>Empreitada</u>	
Ajuste Direto	9	7	2	0	9
Consulta Prévia	9	4	3	2	9
Concurso público	0	0	0	0	0

D. Acompanhamento das tecnologias de comunicação e informação (TIC)

Em 2025, o acompanhamento das TIC foi feito em articulação com a entidade externa (InforXXI), que para este efeito foi contratada.

E. Outros projetos.

Esta Divisão de Administração Geral, tem também na sua área de atuação alguns outros projetos, de que se destacam:

➤ Centro de Competência em Cibersegurança da Região Norte (CCC-Norte)

No âmbito da constituição do Centro de Competência em Cibersegurança da Região Norte (CCC-Norte), financiado pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) de que o Instituto Politécnico do Porto é líder do consórcio e de que a CIMAT é parceira, tal como previsto na candidatura, um elemento na área da Cibersegurança iniciou funções na CIMAT, com o objeto de dar cumprimento aos indicadores previstos na candidatura. Uma vez que nesta candidatura só as instituições de Ensino Superior dispunham de orçamento, foi o referido elemento contratado pelo Instituto Politécnico de Bragança.

➤ Centro de arbitragem (CIAB – Pólo de Chaves)

No âmbito do protocolo assinado com o CIAB de Braga, no passado dia 24 de setembro, a CIMAT dispõe desde 24 de junho de 2025 das instalações para funcionamento do CIAB.

Divisão de Promoção e Desenvolvimento

A Divisão de Promoção e Desenvolvimento (DPD) assume a coordenação e gestão de todos os projetos e atividades relacionados com a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do Alto Tâmega e Barroso. O seu trabalho é determinante para a criação de condições favoráveis à competitividade territorial, à qualificação da população e à valorização dos recursos locais, numa lógica de coesão e sustentabilidade.

Unidade de Empreendedorismo e Captação de Investimento

O empreendedorismo constitui-se como uma das áreas estratégicas de atuação da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIMAT). Nos últimos anos, esta entidade tem desenvolvido várias iniciativas com o objetivo de atrair pessoas e riqueza para o território, apoiar o desenvolvimento de ideias de negócio e criar condições para a fixação sustentável de novas empresas.

São exemplo destas iniciativas:

1. Rede de Mentores do Alto Tâmega e Barroso;
2. Concurso de Ideias “Empreender no Alto Tâmega e Barroso” – que já soma seis edições e mais de 60 projetos apoiados;
3. Gala do Empreendedorismo e das Empresas do Alto Tâmega e Barroso.

Stage One – Incubadora da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso

Criada a 1 de junho de 2023, a Stage One consolidou-se como uma estrutura de apoio fundamental para os empreendedores da região, oferecendo acompanhamento especializado e soluções de incubação. As áreas de especialização são: Turismo de Natureza (água, saúde e bem-estar), Ecossistema Bio, Agroalimentar e Florestal.

A incubadora tem sede nas instalações da CIMAT, sendo que a sua estrutura física se estende aos espaços de cowork dos municípios associados. Estão disponíveis três modalidades de incubação: Pré-incubação, Incubação Virtual e Incubação Física. O período de candidaturas decorre em regime contínuo.

Atualmente, encontram-se **9 projetos incubados**, estando 8 no modelo de incubação virtual e 1 no modelo de pré-incubação.

Projetos em curso

Parcerias, colaborações e investimento

A CIMAT/Stage One, no âmbito do Protocolo de Parceria com a AMAT, assume um papel ativo na operação “**Ações de Capacitação – Suporte ao Emprego e ao Empreendedorismo no Alto Tâmega e Barroso**”, assim como também integra, na qualidade de Investidor Social, dois outros projetos: o projeto “**ACTIVE – Centros de Empreendedorismo de Impacto do Alto Tâmega e Barroso**”, liderado pela Fundação AEP, cujo objetivo é desenvolver competências para a criação e implementação de soluções de inovação social, dinamizar o ecossistema regional de empreendedorismo de impacto e implementar programas de incubação, aceleração e capacitação; E o projeto “**InsideArte**”, liderado pela Fundação da Juventude, que é uma iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social que procura ter uma intervenção pioneira de impacto e também de prevenção, com uma abordagem inovadora e de proximidade, capaz de dotar os jovens de ferramentas básicas para conseguirem lidar com os desafios ao nível de saúde psicológica e (re)construírem os seus projetos de vida através de práticas artísticas.

A 6ª edição do Concurso de Ideias “**Empreender no Alto Tâmega e Barroso**” - iniciativa promovida pela EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA., e pela CIMAT, através da sua incubadora Stage One - selecionou 9 projetos para acompanhamento especializado no Programa de Aceleração, tendo resultado em 3 projetos vencedores (1º, 2º e 3º lugares) e na atribuição de uma menção honrosa. Estes projetos vencedores seguirão em 2026 para o Programa de Concretização.

A pedido do **CLDS Chaves**, no âmbito das ações do EIXO 1 que têm de implementar, foi desenhado e levado a cabo um ciclo de workshops (atividade estende-se para 2026) com a temática do empreendedorismo e criação de autoemprego, por forma a estimular a criatividade, as capacidades empreendedoras e desenvolver as competências nos jovens dos alunos do ensino secundário (profissional) para que estes possam criar os seus próprios projetos de inovação social.

Projetos CIMAT – Líder ou Co beneficiário

ATB-Invest | Programa integrado de atração de investimento para o Alto Tâmega e Barroso

O projeto visa consolidar a capacidade do Alto Tâmega e Barroso para captar investimento empresarial, sobretudo em setores que correspondem às suas especializações produtivas e às suas apostas estratégicas, designadamente: Turismo, Bioprodutos e Tecnologias de Informação.

Uma das principais componentes do projeto é a criação da “ATB-Invest”.

Trata-se de uma estrutura integrada na orgânica da CIMAT, que será responsável pela dinamização de ações de natureza coletiva focadas em duas vertentes fundamentais:

- Articulação e reforço do ecossistema de apoio à atividade empresarial do Alto Tâmega e Barroso;
- Dinamização de ações de promoção e divulgação desse ecossistema, tendo em vista o objetivo último de captar investimento para a sub-região.

GREENSEED: Impulso del emprendimiento y fortalecimiento del ecosistema de apoyo en la bioeconomía

Tem como objetivo fortalecer o empreendedorismo na bioeconomia (atividades económicas que obtêm produtos e serviços, gerando valor económico, utilizando como elementos fundamentais recursos de origem biológica de forma eficiente e sustentável) na Galiza e no Norte de Portugal.

O projeto centra-se na promoção da cooperação transfronteiriça, na criação de um ecossistema de agentes de apoio ao empreendedorismo, na formação e aconselhamento a empreendedores que conhecem o setor ou que provêm de outros setores e zonas (novos participantes) e no desenvolvimento de recursos que contribuam para o desenvolvimento económico, social e ambiental do território transfronteiriço.

Paralelamente, foi ainda submetida outra candidatura nesta área, atualmente a aguardar decisão:

KNOWLEDGE4FUTURE – Qualificação para o futuro visa responder às fragilidades do Alto Tâmega e Barroso nos domínios Sistemas Agroalimentares e Alimentação e Ativos Territoriais e Turismo, marcados por fraca diferenciação e perda de produtividade. Propõe identificar competências de futuro, alinhar a oferta formativa, disseminar boas práticas, capacitar em digitalização, sustentabilidade e gestão e reforçar a identidade territorial.

Unidade de Cultura, Turismo e Educação

A promoção da atividade cultural é também uma das dimensões de intervenção da CIMAT e surge da possibilidade de sermos considerados como beneficiários elegíveis em avisos recentemente publicados.

A atividade turística constitui-se como uma das apostas estratégicas do Alto Tâmega e Barroso, fundada numa oferta de turismo termal e de turismo de natureza em espaço rural que complementa a beleza natural da região, contextualizada por grandes áreas de interesse natural e que lhe conferem um enquadramento privilegiado em termos de biodiversidade e de riqueza paisagística.

O **Posto de Turismo do Alto Tâmega e Barroso** continua com o principal objetivo de atrair mais pessoas para a região, aumentar a taxa de permanência dos que a visitam e servir de complemento aos Postos de Turismo já existentes em cada município, concentrando informação turística sobre todos.

Esta infraestrutura que serve os seis municípios do território (Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar) e que abriu portas em setembro de 2020.

Os três meses de maior afluência foram julho (1601 visitantes), agosto (2140 visitantes) e setembro (1555 visitantes). No que respeita à nacionalidade de quem visitou esta infraestrutura 66,2% foram portugueses, seguindo-se 24,2% de turistas espanhóis e 9,6% oriundos de França.

Registaram-se, ainda, turistas provindos do Reino Unido, Países Baixos, Alemanha, Bélgica e do Brasil. Ainda sobre o perfil do turista que visitou o PTAT durante o ano de 2025, este procurou, maioritariamente, pelos seguintes produtos turísticos: Cultural (59,9%), N2 (32,8%) e termal (7,3%). A faixa etária predominante foi a dos 40-50 (39,2%), seguida da dos mais de 60 anos (38,6%).

Para além de procurar informação turística sobre o território, alguns destes visitantes foram também motivados pelas duas dezenas de atividades realizadas ao longo do ano, a saber: Promoção da XXVII Feira Gastronómica da Feira do Porco; Promoção da 34ª Feira do Fumeiro de Montalegre; Exposição “Entrudo em Cabril”; Comemoração Dia de São Valentim; Promoção da Feira dos Sabores de Chaves; Exposição Primavera em Fotografia; Promoção da XXV da Feira do Folar de Valpaços; Exposição “Paramentos Litúrgicos”; Promoção do Concurso de Saltos Internacional de Pedras Salgadas; Promoção do Festival Gastronómico do Bacalhau de Chaves; Promoção do Festival “Cibos da Terra Barrosã; Promoção Aqua Wine Fest; Exposição “Pinceladas” de Ana Marina Pereira; Exposição JM Velas Internacionais; Mês “Águas do Alto Tâmega e Barroso”; Exposição de pintura – Kina Barbosa; Promoção “Festa da Colheitas” com exposição de Artefatos Agrícolas; Promoção Feira das Cebolas de Vila Pouca de Aguiar; Promoção de Tradições Artesanais, com a Exposição de Cestaria de Vilar de Nantes; Exposição “Aldeia Assombrada de Vilar de Perdizes”; Festival N2; Dia Mundial do Turismo; Semana Promocional Feira da Castanha Judia – Valpaços; Dia de São Martinho no PTAT; Exposição de Pintura de Júlio Ramada.

A par das atividades realizadas dentro do PTAT, a Região foi, ainda, promovida em várias feiras nacionais e internacionais com o stand da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIMAT), como:

- Feira Gastronómica do Porco de Boticas,
- Feira do Fumeiro de Montalegre,
- Feira dos Sabores de Chaves,
- Feira do Folar de Valpaços;
- BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, FITUR – Feria Internacional de Turismo;
- INTUR - Feira Internacional de Turismo do Interior em Valladolid.

No que concerne à **educação**, A CIMAT deu continuidade ao processo de coordenação e concertação da rede de ofertas formativas do território, iniciado em 2018, no âmbito da articulação com a DGEstE, os Agrupamentos de Escolas do Alto Tâmega e Barroso e a Escola Profissional de Chaves, assegurando o planeamento estratégico e a harmonização das propostas de Cursos Profissionais e de Cursos de Educação e Formação de Jovens, bem como a definição de orientações metodológicas e critérios de ordenamento no âmbito da organização da rede de ofertas.

No âmbito da operação **NORTE-2030-2024-5 – Plano de Promoção do Sucesso Educativo do Alto Tâmega e Barroso**, a CIMAT com um investimento de 341.365,75 €, tem como objetivo reforçar a articulação entre os seis municípios e as escolas do território, promovendo o sucesso escolar, a prevenção do abandono e a redução das saídas precoces do sistema educativo.

Durante o período em análise, foram desenvolvidas ações de acompanhamento, monitorização, bem como atividades de avaliação de impacto das medidas implementadas pelos municípios. O projeto conta com o apoio técnico da Quaternaire Portugal, Consultoria, no âmbito do processo de avaliação e sistematização de resultados, reforçando a abordagem territorial integrada e a promoção da equidade educativa.

Em outubro de 2023, a CIMAT iniciou o processo de certificação **ERASMUS+** nas vertentes Ensino Escolar e Ensino e Formação Profissional que mantém válida até 2027.

O primeiro projeto de mobilidade, iniciado no ano letivo 2024/2025, contou com um financiamento de 38.914,00 €, envolvendo seis das oito escolas de ensino e formação profissional do território. No âmbito desta candidatura, foram realizadas mobilidades de grupo de alunos e ações de job shadowing em A Corunha e Lugo, bem como mobilidades individuais de docentes para Málaga e Atenas, reforçando a dimensão europeia das práticas educativas e promovendo a qualificação pedagógica e técnica dos participantes.

Em 2025, foi aprovada nova candidatura para o ano letivo 2025/2026, com um financiamento de 108.212,00 €, abrangendo já as oito escolas de ensino profissional do território. O projeto prevê a continuidade das mobilidades de grupo de alunos, da participação de docentes em cursos de formação e ações de job shadowing.

Paralelamente, no âmbito da operação **Qualificação de Serviços Territoriais (QST) - NORTE2030-FSE+-02663200**, a CIMAT visa reforçar as competências dos trabalhadores da Administração Local do Alto Tâmega e Barroso (CIMAT e Municípios), em alinhamento com os objetivos de modernização e inovação administrativa.

Com uma duração prevista de 48 meses e um investimento total de 553.189,88 €, a operação contempla um plano estruturado de formação dirigido aos trabalhadores da Administração Pública Local, promovendo a capacitação técnica e organizacional das entidades envolvidas. Em 2025, prosseguiu a implementação das ações formativas previstas, tendo sido concluídas seis ações de formação, envolvendo técnicos dos vários municípios do território, das quais três com a duração de 70 horas — Gestão Estratégica de Projetos, Organização e Planeamento de Eventos e Contratação Pública — e três UFCD com a duração de 50 horas — Planeamento e Desenvolvimento de Atividades de Tempos Livres, Cuidados Básicos de Higiene em Crianças e Jovens e Intervenção Pedagógica com Crianças e Jovens com Necessidades Educativas Específicas.

Adicionalmente, tiveram início, em novembro de 2025, duas ações em formato de Formação-Ação (120 horas) — Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e Gestão e Desenvolvimento de Pessoas — integrando componentes de formação em sala, consultoria e workshop, envolvendo equipas técnicas municipais e promovendo a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em contexto organizacional.

AquaValor – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água, Associação - Criação do AquaValor e início das suas atividades de investigação e transferência de tecnologia. Atualmente a AquaValor conta com treze projetos em execução e sete projetos submetidos a aguardar aprovação:

Projetos Aprovados:

- Laboratório Colaborativo (CoLAB)

O projeto de Investimento RE-C05-i02 – Missão Interface - Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) N.º 01/C05-i02/2022, destina-se a garantir o financiamento público de base para reforçar

a rede de instituições de interface, para o financiamento público de base dos Laboratórios Colaborativos (CoLAB) até junho de 2026.

Este financiamento pretende garantir as condições de estabilidade necessárias para que o CoLAB possa desenvolver a sua estratégia de I&D, obrigando a um modelo de cofinanciamento e diversificação de fontes de financiamento das instituições de interface.

As alterações introduzidas em 2025, deixam em aberto a continuidade deste modelo de financiamento no futuro, não sendo possível à data prever o modelo que irá permitir a continuidade da operação das instituições de I&D.

- BPI La Caixa PROMOVE - - Projetos de I&D mobilizadores - OralTherm – Saúde Oral pela Água Termal (Ed. 2023)

O projeto OralTherm é liderado pela UCP – CIIS Universidade Católica Portuguesa, Centro Interdisciplinar de Investigação em Saúde e tem como parceiros o AquaValor, a PROTERMAS – Gestão e Exploração de Termas, Lda. e a Câmara Municipal de Vimioso. Este projeto propõe avaliar e validar, junto dos aquistas das Termas de Vimioso, a aplicabilidade da água termal (AT) na promoção da saúde oral com o desenvolvimento de uma solução de higiene oral de base termal e a criação de uma indicação terapêutica que associe termalismo clássico à componente de saúde e bem-estar oral.

O projeto tem assim orçamento total elegível de 301.945,64€, cabendo ao AquaValor um montante de 101.650,00€, financiado a 80%, o que corresponderá a um apoio de 81 320,00€.

A data prevista de término deste projeto é 31/10/2026.

- 
- BPI La Caixa PROMOVE - Projetos Piloto – Sustainable Trout - Promoção, Valorização e Sustentabilidade da Truta de Boticas (Ed. 2023)



O projeto Sustainable Trout pretende valorizar os excedentes de truta-fário do posto aquícola de Boticas, criando um portfólio de produtos alimentares inovadores para exploração comercial, com o intuito de criar uma marca com forte valor regional e cultural. Pretende-se contribuir para a produção de soluções de alto-valor acrescentado, de interesse nacional, com impacto na sustentabilidade dos recursos endógenos e na dinâmica económica da região de Trás-os-Montes.



O projeto é liderado pela associação Mais Boticas, em parceria com o CIMO-IPB, AquaValor e Município de Boticas.

O projeto tem um investimento total elegível de 144.258,00€, cabendo ao AquaValor um montante de 40.700,00€, financiado a 75%, o que corresponderá a um apoio de 30 525,00€.

A data prevista de término deste projeto é 31/10/2026.

- BPI La Caixa PROMOVE - Projetos Piloto – Therm4Skin - Bem-Estar Sem Pausa (Ed. 2023)

O projeto “Therm4Skin - Bem-estar sem pausa” propõe avaliar e validar as propriedades bioativas a nível cutâneo e capilar da água termal de Chaves com o intuito de promover o bem-estar em mulheres no período de peri ou menopausa, através do desenvolvimento de novos produtos dermocosméticos. As formulações a desenvolver serão mais sustentáveis comparativamente a produtos dermocosméticos existentes no mercado e permitirão alargar/enriquecer a linha de cosmética já existente nas Termas de Chaves. O projeto é liderado pelas Termas de Chaves, e tem como parceiros o AquaValor e o Centro de Biotecnologia e Química Fina da Universidade Católica Portuguesa (CBQF- UCP).

O projeto tem um investimento total elegível de 197.226,00€, cabendo ao AquaValor um montante de 69.043,00€, financiado a 75%, o que corresponderá a um apoio de 51 782,25€.

A data prevista de término deste projeto é 31/10/2026.

- BPI La Caixa PROMOVE - - Projetos Piloto – WOODLANDFUNGI - Valorização e Sustentabilidade dos Cogumelos Silvestres do Barroso (Ed. 2023)

O projeto WOODLANDFUNGI pretende valorizar de forma sustentável os cogumelos silvestres da região do Barroso, prevendo uma gestão ordenada e sustentável destes recursos através da identificação de áreas com potencial micológico, organizando e regulamentando a sua colheita. Dotar de competências as comunidades locais de boas práticas de colheita para garantir a preservação e continuidade destes recursos no ecossistema será um dos focos a que o projeto se propõe. Paralelamente, o WOODLANDFUNGI contemplará atividades de caracterização nutricional e fitoquímica das diferentes espécies de cogumelos silvestres, além do desenvolvimento de produtos diferenciadores. O projeto ambiciona impulsionar a

comercialização destes recursos em diferentes formas (fresco/congelado/desidratado) bem como, introduzir no mercado os produtos diferenciadores desenvolvidos que contribuirão por sua vez para a promoção e desenvolvimento da região. A CAPOLIB, Cooperativa Agro Rural de Boticas CRL é a líder do projeto, no qual são parceiros o CIMO/IPB e o AquaValor.

O projeto tem um investimento total elegível de 201.065,00€, cabendo ao AquaValor um montante de 60.300,00€, financiado a 74,6%, o que corresponderá a um apoio de 44 985€.

A data prevista de término deste projeto é 31/10/2026.

- BPI La Caixa PROMOVE - Projetos de I&D mobilizadores - 3Rs-Regenerar, Reformular e Reinventar: culturas esquecidas para alimentos saudáveis e sustentáveis (Ed. 2024)

Recentemente aprovado, e em fase de arranque, o projeto 3Rs pretende estabelecer itinerários técnicos para otimização dos processos de cultivo de espécies atualmente pouco exploradas pela agricultura regional: lentilha (*Lens culinaris Medikus*), tremoceiro (*Lupinus albus L.*) e trigo-sarraceno (*Fagopyrum esculentum Moench*), as quais serão integradas em rotações de culturas coerentes numa perspetiva agro-ecológica. As culturas serão caracterizadas a nível biológico e físico-químico, e utilizadas no desenvolvimento de bebidas e alimentos à base de plantas, acrescentados de águas termais. O impacto dos produtos desenvolvidos para a saúde humana também será avaliado.

3Rs é um projeto multidisciplinar, agregador de conhecimento, que ambiciona o desenvolvimento socioeconómico regional e nacional, suportado por um consórcio de entidades complementares: o REQUIMTE - Laboratório Associado para a Química Verde (Líder projeto), o CIMO - Centro de Investigação de Montanha, o AquaValor - Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água e a empresa BIOLOCAL.

O projeto prevê um investimento total elegível de 310 058,00€, cabendo ao AquaValor um montante de 54 989,00€, financiado a 80%, correspondendo a um apoio de 43.991,20€.

- Sistema de Incentivos: SIID – I&D Empresarial – Operações em Co promoção – Baixa Densidade - “INOV@LHEIRA - Inovação e transformação da alheira tradicional explorando o potencial da formulação e das tecnologias de conservação”

O projeto “INOV@LHEIRA - Inovação e transformação da alheira tradicional explorando o potencial da formulação e das tecnologias de conservação” visa promover a inovação na indústria dos enchidos e da produção de alheira tradicional, através da investigação e desenvolvimento de processos de produção e conservação da massa de alheira como forma de obter produtos diferenciadores. Este projeto foi apresentado em parceria com a empresa “FUMEINOR – Indústria de Fumeiro e Conexos, Lda.” e as Instituições “MORE – Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação - Associação” e o “TAGUSVALLEY – Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopólo do Vale do Tejo”. A candidatura foi aprovada com um investimento total elegível de 787.211,84€, cabendo ao AquaValor um montante de 199.883,20€, financiado a 85%, correspondendo a um apoio de 169.900,72€.

- Sistema de Incentivos: SIID – I&D Empresarial – Operações em Co promoção – Outros Territórios - “MUSHpastry - Exploração do potencial dos cogumelos na massa folhada como alternativa à formulação do Pastel de Chaves”

O projeto “MUSHpastry – Exploração do potencial dos cogumelos na massa folhada como alternativa à formulação do Pastel de Chaves” visa promover a inovação nas indústrias de alimentos processados e da distribuição e comércio de alimentos. Para tal, focar-se-á na investigação e desenvolvimento de ingredientes naturais presentes na farinha de cogumelo, para aplicação em mixes destinados à produção de massa folhada e posterior desenvolvimento de produtos alimentares com utilização desta massa inovadora, promovendo a utilização de subprodutos da produção de cogumelos. Este projeto foi apresentado em parceria com a empresa “Mariana Carvalho – Produção e Comercialização de Produtos Alimentares e de Suínos, Lda. (D’Chaves)” e a Instituição “Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril”. A candidatura foi aprovada com um investimento total elegível de 365.640,00€, cabendo ao AquaValor um montante de 130.655,36€, financiado a 85%, correspondendo a um apoio de 111.057,06€.

- Sistema de Incentivos: Interreg SUDOE AQUAPRED - Sistema de controlo e prevenção de contaminantes em águas de mineromedicinais através IA”

O AQUAPRED é um projeto multiterritorial, multidisciplinar e interdisciplinar de física, medicina, farmácia, química, biologia e informática, centrado na monitorização e controlo da água termal/mineromedicinal dos balneários e previsão de contaminantes, baseando-se na digitalização dos dados, em tempo real, relativos aos parâmetros fundamentais da água mineromedicinal. O projeto determinará os parâmetros fundamentais das águas termais, bem como os respetivos intervalos de flutuação num estabelecimento termal; estudar-se-á, também, a sua influência na segurança terapêutica e a qualidade da água e os possíveis modelos de relacionamento. Será estabelecido, pelo projeto, um modelo de hidrobioma das águas termais, que se associará às suas propriedades terapêuticas. Serão desenvolvidos e instalados sistemas piloto de recolha de dados, em tempo real, em balneários do território SUDOE, nos quais se monitorizarão esses parâmetros, utilizando dispositivos especificamente desenhados para esta função, para a sua digitalização posterior e análise. Será, ainda, desenvolvido um sistema inteligente que, em função daqueles dados, permita realizar um controlo sobre os elementos de tratamento de água (desinfetantes, etc.) e um modelo de deep learning que permita prever a possibilidade de aparecimento de contaminantes naquelas águas (Legionella, E. coli, etc.). Com base nos dados coletados serão, também, aplicados modelos de eficiência energética que otimizem o consumo deste recurso e permitam reduzir a sua necessidade. Este projeto foi apresentado em parceria com a Universidade de Vigo, a Universidade da Coruña, o AquaValor, a Universidad Complutense de Madrid, o Instituto Politécnico de Bragança, a Université de Bordeaux, o Hervideros de Cofrentes, S.L., a Université de Pau et des Pays de l’Adour, o AQUI O Thermes, o Balneario El Raposo, a Caldaria Termal, SLU, a Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M., S.A., a Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões, a Axencia Turismo de Galicia, a Xunta de Galicia e o Hotel Balneário Aguas Santas. A candidatura foi aprovada com um investimento total elegível de 1.871.530,36€, cabendo ao AquaValor um montante de 100.400,00€, financiado a 75%, correspondendo a um apoio de 73.300,00€.

- Sistema de Incentivos: SIAC – Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico - “BioLivingLABS – Bioeconomia ao serviço da sustentabilidade dos territórios do interior”

O projeto BioLivingLABS visa contribuir para a valorização económica dos resultados de I&D obtidos por cinco ENESII do Norte, Centro e Alentejo através da implementação de ações para

reforçar a incorporação de PPS nos setores empresariais de cada região, desde a criação de uma rede de demonstração experimental (Living Labs) nos polos de inovação de Mirandela, do Douro, da Covilhã e de Elvas, à realização de ações e workshops de demonstração e disseminação de PPS relevantes, criação e um catálogo de inovação do interior, passando por ações de incentivo à valorização económica do conhecimento através de ações de formação sobre proteção de propriedade intelectual. Durante um período de 24 meses, o projeto BioLivingLABS será desenvolvido por um consórcio multidisciplinar e com experiência no âmbito do projeto, aqui composto por cinco entidades do Sistema de I&I, AquaValor, MORE CoLAB, IPB, IPCB e InnovPlantProtect, que aportam todos os conhecimentos técnico-científicos necessários à sua correta execução. Este projeto foi apresentado em parceria com a MORE – Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação – Associação, AQUAVALOR – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água – Associação, IPB – Instituto Politécnico de Bragança, IPCB – Instituto Politécnico de Castelo Branco, INNOVPLANTPROTECT – Associação. A candidatura foi aprovada com um investimento total elegível de 742.456,52€, cabendo ao AquaValor um montante de 25.794,77€, financiado a 85%, correspondendo a um apoio de 21.925,55€.

- BPI La Caixa PROMOVE - Projetos Piloto – HealthBioFit – Impacto da água termal na resposta à atividade física e na microbiota intestinal (Ed. 2025)

O HealthBioFit visa o desenvolvimento, implementação e validação de um plano inovador e integrado de atividade física e hidropinía, utilizando água termal como recurso central. Este plano é direcionado para uma população-alvo com idade superior a 65 anos, com o objetivo de promover a saúde, o bem-estar e o envelhecimento saudável, contribuindo simultaneamente para a valorização económica e terapêutica dos recursos hídricos endógenos da região. O plano será validado em populações socialmente vulneráveis, incluindo utentes das Habitações Colaborativas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, promover o envelhecimento ativo e incentivar o desenvolvimento de intervenções replicáveis noutros contextos regionais. Diante dos desafios impostos pelo envelhecimento populacional, soluções inovadoras como o HealthBioFit são essenciais para assegurar um futuro mais digno, saudável e inclusivo, otimizando os recursos naturais e o conhecimento científico na oferta de cuidados personalizados. O Instituto Politécnico de Bragança (IPB) é líder neste projeto, no qual são parceiros o AquaValor – Centro

de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água (CoLAB), e a Santa Casa da Misericórdia de Valpaços.

O projeto tem um investimento total elegível de 199.889,89€, cabendo ao AquaValor um montante de 86.962,78€, financiado a 75%, o que corresponderá a um apoio de 65.222.09€.

- BPI La Caixa PROMOVE - Projetos Piloto – TECH4AQUA – Solução Inteligente de Monitorização e Controlo da Qualidade da Água em Reservatórios. (Ed. 2025)

O projeto visa desenvolver uma solução inteligente para monitorizar e controlar a qualidade e disponibilidade da água destinada ao consumo humano em reservatórios, garantindo a sua segurança em tempo real. Com capacidade de identificar e suprimir microrganismos prejudiciais à saúde pública (Coliformes, etc.) a solução assegurará o cumprimento de normas legalmente exigidas no Decreto-Lei (DL) nº 69/2023. O TECH4AQUA utilizará sensores de alta sensibilidade para medir parâmetros físico-químicos e microbiológicos, tecnologias autossustentáveis de baixo impacto ambiental, sistemas IoT para comunicação e análise remota em tempo real, alertas automáticos e tratamento automatizado da água. Além disso, serão usadas Inteligência Artificial e Machine Learning para identificar padrões de contaminação e prever riscos antes que atinjam níveis críticos. A solução será testada em ambientes controlados e reais, podendo ser escalável e útil para gestores hídricos, operadores de saneamento e indústrias. AquaValor – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água (CoLAB) é líder neste projeto, no qual são parceiros o CeDRI – Centro de Investigação em Digitalização e Robótica Inteligente, o Município de Chaves, o Município de Boticas e o Município de Montalegre.

O projeto tem um investimento total elegível de 215.706,00€, cabendo ao AquaValor um montante de 76.290,64€, financiado a 70%, o que corresponderá a um apoio de 53.051.82€.

- NORTE2030 - Especialização inteligente, redes e capacitação institucional - Plataformas Regionais de Especialização Inteligente (PREI) “NORTEtur Conectado - Colaborar, Inovar e Transformar o setor do Turismo”

O projeto tem como objetivo geral promover a implementação e dinamização da PREI “Ativos Territoriais e Serviços do Turismo” na Região Norte, reforçando a articulação entre os sistemas

científico, empresarial e formativo na Região Norte, com vista à valorização sustentável dos recursos endógenos, ao desenvolvimento de competências e à criação de condições para um turismo mais qualificado, inovador e resiliente.

AquaValor – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água (CoLAB) é líder neste projeto, no qual é parceira a TURIHAB – Associação do Turismo de Habitação.

O projeto tem um investimento total elegível de 399.401,96€, cabendo ao AquaValor um montante de 234.196,29€, financiado a 85%, o que corresponderá a um apoio de 199.066,85€.

Projetos Submetidos em análise:

- ITI Cidades da Água NORTE2030-ITI_R_URB-000082

O AquaValor é parceiro do Município de Chaves e de vários municípios da Região Norte, nesta candidatura que incide sobre a Rede Temática Regional #9 “ITI – RU Cidades da Água”, que visa afirmar um rumo certo para o crescimento económico sustentável do Termalismo na Região Norte, reforçando o compromisso das regiões com a sua matriz identitária, com a competitividade e alterações climáticas. O Município de Chaves é o líder neste projeto e no qual são parceiros o AquaValor – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água, as Termas de Chaves e os Municípios de Vimioso, Santo Tirso, Melgaço, Esposende e Vizela e as Comunidades Intermunicipais do Douro e do Tâmega e Sousa.

O projeto tem um investimento total de 1.360.000,00€, cabendo ao AquaValor um montante de 200.000,00€, financiado a 85%, o que corresponderá a um apoio de 170.000,00€.

- Sistema de Incentivos: SIID – I&D Empresarial – Operações Individuais ou em Copromoção - “IN-fusion - Natureza e Turismo Sensorial”

O projeto IN-fusion, visa criar um novo paradigma de turismo imersivo, sensorial e regenerativo, que valorize os recursos naturais do Alto Tâmega e Barroso através da criação de rotas turísticas de natureza associadas a blends funcionais, com propriedades benéficas para a saúde. Este projeto foi apresentado em parceria com as empresas “Portugal NTN, Lda.” a “Ervital, Lda” e a “Impacto Cinzento, Lda”. A candidatura apresenta um investimento total elegível de 590.497,60€,

cabendo ao AquaValor um montante de 205.610,70€, financiado a 85%, correspondendo a um apoio de 174.776,75€.

- Sistema de Incentivos: SIID – I&D Empresarial – Operações Individuais ou em Copromoção - “Mycoplus - Biofortificação de cogumelos e valorização de substratos: uma estratégia sustentável e inovadora.”

Este projeto apresenta como objetivo biofortificar e elicitar cogumelos de cultivo (P. ostreatus, L. edodes, H. erinaceus e G. lucidum) de forma a colmatar algumas deficiências em micronutrientes presentes na população nacional, estimular a produção de moléculas promotoras de saúde, bem como valorizar os substratos resultantes da produção de cogumelos cultivados pela produção de biomateriais possíveis de ser utilizados em diferentes sectores. Este projeto foi apresentado em parceria com as empresas “Aromas e Boletos, Lda.” a “Reconco – Soluções Industriais, SA” e as instituições “More - Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação - Associação”, “IPB – Instituto Politécnico de Bragança” e o “Instituto da Soldadura e da Qualidade”. A candidatura apresenta um investimento total de 1.294.111,00€, cabendo ao AquaValor um montante de 80.043,10€, financiado a 85%, correspondendo a um apoio de 68.036,64€.

- Sistema de Incentivos: Water4Wall/ AQUACEUF - “Desenvolvimento de sistemas de membranas com complexo integrado de biochar para remoção seletiva de metais pesados e tratamento fotocatalítico de águas residuais.”

O objetivo principal do projeto é desenvolver e validar um sistema de membrana de última geração, integrado com biochar e aprimorado por complexos, para a remoção seletiva de íons metálicos tóxicos e a degradação fotocatalítica de poluentes orgânicos em águas residuais. Este projeto foi apresentado em parceria com as instituições “Universidade Técnica de Cluj-Napoca (Líder): Roménia”, “Lappeenranta - Lahden Teknillinen Yliopisto (Finlandia)”, “Johannes Kepler Universitat Linz (Áustria)”, “University of Sousse (Tunisia)” e o “SINTEF AS (Noruega)”. A candidatura apresenta um investimento total de 1.444.677,00€, cabendo ao AquaValor um montante de 100.000,00€, financiado a 100%.

- Sistema de Incentivos: FCT (Saúde + Ciência) - “MycoBiome - β -Glucanos derivados de cogumelos: uma abordagem natural para modular a microbiota intestinal”

O objetivo principal deste projeto é investigar o potencial prebiótico dos β -glucanos derivados de cogumelos medicinais, com foco em sua capacidade de modular a composição da microbiota intestinal e promover a saúde intestinal. Especificamente, o estudo visa elucidar os mecanismos pelos quais os β -glucanos influenciam as populações microbianas benéficas, contribuindo para uma compreensão mais profunda de seu papel como componentes dietéticos funcionais. Este projeto foi apresentado em parceria com o Centro de Saúde de Chaves, com um investimento total de 50.000,00€, cabendo ao AquaValor um montante de 43.750,00€, financiado a 100%.

- Sistema de Incentivos: FCT (Saúde + Ciência) - “GutMicro-ACE – Assinaturas preditivas da microbiota intestinal para a resposta à quimioterapia adjuvante no cancro do cólon em estágio II-III”

O GutMicro-ACE visa investigar como o microbioma intestinal modula a eficácia e a toxicidade da quimioterapia no cancro do cólon. Utilizando uma abordagem prospetiva e multidisciplinar que integra metagenómica, metatranscriptómica e metabolómica, o projeto irá caracterizar o GM antes e depois da quimioterapia. Ao correlacionar os perfis microbianos com a resposta tumoral e os efeitos adversos, o GutMicro-ACE identificará assinaturas microbianas clinicamente relevantes e explorará a modulação direcionada por meio de dieta, probióticos, fagos ou enzimas para melhorar a eficácia e a segurança. Além disso, realizará análises exploratórias de composição e aprendizagem automática para desenvolver um painel de biomarcadores. O seu forte foco clínico transforma os insights do microbioma em terapias mais eficazes, seguras e personalizadas, com benefícios tangíveis para os pacientes e a prática oncológica. Este projeto responderá simultaneamente a diferentes objetivos da Agenda 2030, melhorando os resultados do tratamento e o bem-estar dos pacientes (ODS 3), promovendo a inovação por meio da integração de múltiplas ômicas e IA de ponta (ODS 9) e promovendo a colaboração interdisciplinar e a ciência aberta (ODS 17). Este projeto foi apresentado pelo AquaValor, com um investimento total de 49.992,00€ financiado a 100%.

- NORTE2030 - AQUAVALOR - Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água (Bioprodutos/Vidago).

O objetivo geral deste projeto é o de instalar, até 31 de dezembro de 2027, uma infraestrutura científica e tecnológica especializada em agricultura em MPB e bioprodutos, orientada para a prestação de serviços analíticos, consultoria técnica, capacitação qualificada e desenvolvimento de investigação aplicada. Esta operação está alinhada com a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB) e inscreve-se no quadro do Pacto Ecológico Europeu e da nova Política Agrícola Comum, alinhando-se com os objetivos dos Ecorregimes e das Medidas Agroambientais, promovendo práticas sustentáveis, resilientes e de baixo impacto climático, em consonância com as metas da Estratégia do Prado ao Prato e da Estratégia de Biodiversidade, em benefício da coesão territorial e da valorização dos recursos endógenos. AquaValor – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água (CoLAB) é líder neste projeto, no qual são parceiros o Município de Chaves e a CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

O projeto tem um investimento total de 2.701.348,02€, cabendo ao AquaValor um montante de 1.209.858,20€, financiado a 85%, o que corresponderá a um apoio de 1.028.379.47€.

Unidade de Intervenção Social

A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIMAT), para além das competências que tem vindo a assumir ao longo da última década, tem enfrentado exigências crescentes decorrentes do trabalho desenvolvido em prol do crescimento sustentável e do desenvolvimento integrado da região.

Um dos domínios mais relevantes desta evolução corresponde à transferência de competências do Estado para as entidades intermunicipais, enquadrada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que veio reforçar o papel das comunidades intermunicipais no apoio à coesão territorial.

No caso específico da CIMAT, destacam-se as áreas da ação social (ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto) e da saúde (ao abrigo do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro),

cuja assunção de responsabilidades implicou, em finais de 2024, um reforço da estrutura organizacional.

Entre as novas funções assumidas, merece particular destaque a Coordenação da Plataforma Supraconcelhia, anteriormente assegurada pela Segurança Social. Esta coordenação tem como principal objetivo otimizar a utilização dos recursos disponíveis e garantir uma resposta mais eficaz e eficiente às necessidades da população, através da articulação e cooperação entre os seis municípios do Alto Tâmega e Barroso.

No mesmo contexto, destaca-se a operação:

NORTE2030-FSE+-02146100 – Plano de Ação Intermunicipal de Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis, da responsabilidade da CIMAT. Este projeto visa acompanhar, monitorizar e avaliar as ações desenvolvidas pelos seis municípios — Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar — no âmbito das suas candidaturas ao mesmo Aviso, tendo como grande objetivo mitigar as desigualdades sociais e de oportunidades.

O plano centra-se na promoção de uma inclusão ativa da população mais vulnerável, nomeadamente através do fomento do envelhecimento ativo, da igualdade de oportunidades e da prevenção da institucionalização de idosos e pessoas com deficiência ou incapacidade.

Durante o ano de 2025, foram alcançados os seguintes marcos:

- ✓ Elaboração do Diagnóstico Social Intermunicipal, instrumento estruturante para a fundamentação estratégica da Operação;
- ✓ Realização de duas Reuniões Intermunicipais de Coordenação, promovendo a partilha de boas práticas e a coerência das intervenções;
- ✓ Execução de seis visitas técnicas (uma por município), no âmbito do plano de monitorização e acompanhamento;
- ✓ Elaboração de dois Relatórios de Progresso Semestrais, integrando indicadores de execução, análise de constrangimentos e resultados dos questionários de satisfação.

Planeamento e Perspetivas | 2026

Para 2026, a estratégia incidirá na capacitação técnica e na consolidação das ações em curso, destacando-se:

- ✓ Início do ciclo de workshops e palestras dirigidos aos técnicos municipais da área social, com enfoque em metodologias de monitorização, comunicação e intervenção junto de grupos vulneráveis;
- ✓ Continuidade das atividades previstas na Memória Descritiva, assegurando o cumprimento das metas estabelecidas.

Unidade de Promoção de Produtos Endógenos

Num trabalho de proximidade aos setores da agricultura e pecuária, fundamentais para a sustentabilidade ambiental, económica e social deste território, procura a Unidade de Produtos Endógenos, num serviço de extensão rural informar, recomendar e orientar os produtores no estudo do solo, a sua correção e fertilização, escolha de culturas e variedades, operações culturais, controlo e prevenção de pragas e doenças, bem como a comercialização dos produtos. Pretende-se valorizar os produtos endógenos de toda a CIMAT com os circuitos curtos de comercialização, imagem, marketing, agricultura biológica, nichos de mercado, mercados internacionais, ou outros que acrescentem valor aos produtos, o que contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos produtores.

Ao longo do ano 2025 foram desenvolvidas um conjunto alargado de atividades técnicas, institucionais, formativas e de representação, alinhadas com os seguintes eixos estratégicos:

- Valorização dos produtos endógenos e fileiras estratégicas (vinho, castanha, mel, azeite, batata, cereais tradicionais);
- Consolidação e afirmação da Bio-Região do Alto Tâmega e Barroso;
- Promoção do território em eventos nacionais e internacionais;



- Capacitação técnica e atualização científica nas áreas da agricultura biológica, sustentabilidade, solos, água, alterações climáticas e economia circular;
- Apoio à construção de políticas públicas alimentares e de desenvolvimento rural sustentável.

Atividades desenvolvidas:

Participação em Feiras e Eventos Internacionais

- FITUR 2025 – Madrid. Participação ativa na promoção do território no stand próprio da CIMAT;
- BIOFACH 2025 – Nuremberga. Representação da Bio-Região e dos produtores biológicos do território;
- INTUR 2025 – Valladolid. Promoção integrada do destino Alto Tâmega e Barroso junto do mercado espanhol.

Eventos Regionais de Promoção

- Aqua Wine Fest – 3.ª edição (Valpaços);
- Feira dos Santos (Chaves);
- XXV Feira do Folar de Valpaços;
- Concurso Nacional de Mel;
- Evento “Judia com Futuro V”.

Estas participações reforçaram a visibilidade da CIMAT, promoveram os produtos DOP/IGP e consolidaram a identidade territorial.

Reconhecimento Institucional e Distinções

O ano de 2025 ficou marcado por importantes reconhecimentos externos do trabalho desenvolvido:

- Valpaços distinguida como “Best Organic City 2025”, com Chaves também finalista;
- Menção Honrosa nos Prémios “Mais a Norte” (categoria Norte Ruris);
- Menção Especial no Prémio Nacional da Paisagem 2025;
- Consolidação da estratégia da Bio-Região, com crescimento sustentado da área e operadores em MPB.

Estes resultados refletem o trabalho técnico continuado e a estratégia integrada implementada no território.

Projetos Estratégicos e Cooperação

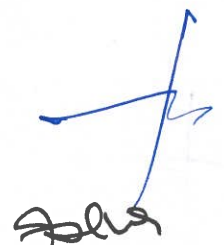
- Projeto Interreg Sudoeste – Soil&WineResidues. Participação enquanto parceiro associado, contribuindo tecnicamente para matérias relacionadas com solos, resíduos vitivinícolas e sustentabilidade da vinha.
- Rede Nacional das Bio-Regiões. Participação ativa na consolidação da Rede Nacional e articulação com estruturas internacionais.

Educação, Capacitação e Sensibilização

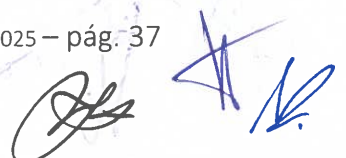
- Hortas Biológicas Pedagógicas. Continuidade e expansão do projeto nos seis concelhos, reforçando a educação ambiental e alimentar;
- Magustos nas Escolas da Bio-Região. Promoção da Castanha DOP da Padrela em Modo de Produção Biológico e sensibilização para a valorização dos soutos e prevenção de incêndios;

- Formação e Intervenção Académica. Apresentação na UTAD (Doutoramento em Desenvolvimento, Sociedades e Território);
- Formação no Estabelecimento Prisional de Chaves (agricultura e reintegração);
- Formação “Sistemas Alimentares Sustentáveis – GrowLIFE”;
- Participação em diversas ações de capacitação promovidas por ADRAT, CAP e outras entidades.

Em síntese, o ano de 2025 caracterizou-se por uma forte projeção internacional da Bio-Região, pelo reconhecimento europeu e nacional do modelo territorial implementado, pela consolidação das dinâmicas locais de agricultura biológica e reforço da capacitação técnica e científica. O trabalho desenvolvido contribuiu para o reforço da posição do Alto Tâmega e Barroso enquanto território de referência nacional e europeia em agricultura biológica, valorização de produtos endógenos e desenvolvimento rural sustentável.



ADR



Divisão de Gestão dos Fundos Europeus

A Divisão de Gestão dos Fundos Europeus (DGFE) assume-se como uma estrutura central da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, sendo responsável pela gestão técnica, administrativa e financeira dos fundos europeus contratualizados entre a CIMAT e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte.

Para além da sua função primordial de garantir a correta execução das operações apoiadas, a DGFE assegura o planeamento, acompanhamento e monitorização dos investimentos cofinanciados, desde a fase de candidatura até à conclusão dos projetos, garantindo o cumprimento integral das regras de elegibilidade, prazos de execução e metas contratualizadas. A Divisão desempenha igualmente um papel fundamental na articulação com os seis municípios associados, prestando apoio técnico na preparação de candidaturas e promovendo a coerência territorial das intervenções. Atua ainda como interface privilegiado com a Autoridade de Gestão e outras entidades nacionais e comunitárias, contribuindo para a boa execução do Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (CDCT), assinado entre a autoridade de Gestão NORTE 2030 e a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIMAT) a 24 de abril de 2024, e para o aproveitamento das oportunidades disponibilizadas no âmbito dos diferentes instrumentos de financiamento da política de coesão.

Este CDCT contratualizado com a CIMAT tem uma dotação de cerca de 90 milhões de euros, para os próximos 5 anos, direcionado para entidades de natureza municipal, privadas e associativas e é assente em áreas de intervenção previstas no Plano Operacional Regional do Norte 2030.

A estratégia delineada para o território até 2030 é organizada em cinco linhas de orientação que acompanham os objetivos de Política da União Europeia, sendo elas: Alto Tâmega mais inteligente; Alto Tâmega mais verde; Alto Tâmega mais conectado; Alto Tâmega mais social; e Alto Tâmega mais próximo dos cidadãos.

Com este instrumento territorial prossegue-se a aposta na reorganização e qualificação dos serviços públicos, nomeadamente, as intervenções em escolas, em infraestruturas de cuidados de saúde primários, em equipamentos sociais, na implementação de soluções de mobilidade a pedido, mas também intervenções de refuncionalização e qualificação do espaço público e ações de valorização do património cultural e natural, que colocam o Alto Tâmega e Barroso mais

próximo dos seus cidadãos, sendo, portanto, domínios relevantes para o desenvolvimento económico e social e de atração e fixação de pessoas.

Mas também um Alto Tâmega e Barroso mais verde, com preocupações relacionadas com a transição energética e climática, energias renováveis, gestão de resíduos urbanos e ciclo urbano da água, assumindo o ambiente e a sustentabilidade ambiental, pilares estruturantes do desenvolvimento territorial.

Um Alto Tâmega e Barroso como território mais inteligente onde se pretende dar destaque às temáticas da digitalização, mas sobretudo ações que visam o acolhimento de iniciativas empresariais e a qualificação das empresas, tornando-o um território com mais inovação e dinâmico.

Um Alto Tâmega e Barroso mais social, com enfoque na promoção do sucesso educativo e do aumento das qualificações dos jovens e na implementação de medidas de apoio aos mais idosos, nomeadamente através da criação de balcões móveis e de ações para a inclusão através do desporto e da cultura.

É, portanto, um instrumento financeiro, que permitirá dar um novo impulso, necessário à inversão das dinâmicas demográficas dos últimos anos, procurando atrair e fixar população e garantindo o acesso a bens e serviços de qualidade, tornando este território mais resiliente, inclusivo, acessível, inteligente e atrativo.

Adicionalmente, a DGFE tem como missão promover a transparência e a eficiência na aplicação dos fundos públicos, assegurando a existência de mecanismos de reporte e de controlo interno que reforçam a confiança institucional e a credibilidade da CIMAT enquanto entidade beneficiária e intermediária de fundos europeus. Nesse sentido, a estrutura técnica está dividida em três unidades de trabalho que assegura a sua boa execução: Unidade de Admissão e Análise de Candidaturas, Unidade de Análise de Pedidos de Pagamento e Unidade de Gestão e Acompanhamento.

À Unidade de Admissão e Análise de Candidaturas cabe:

- Formatação dos Avisos de Abertura de Concurso (nos termos definidos pela AG do NORTE 2030 e a quem compete a sua aprovação);
- Apoio aos Beneficiários na submissão das candidaturas no Sistema de Informação;

- Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO;
- Assegurar a organização dos processos de candidaturas, relativamente às competências delegadas;
- Verificar se a operação a selecionar apresenta adequação técnica para a prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas e possui demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira;
- Verificar se o beneficiário tem capacidade administrativa, financeira e operacional antes da operação ser aprovada;
- Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria;
- Reportar, através dos mecanismos previstos pela AG, em Manual de Procedimentos e em Orientações, toda a informação física, financeira e estatística necessária à elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação.

Em 2025, foram aprovados 59.978.850,64 €, o que representa 67% da dotação contratualizada distribuída da seguinte forma:



OBJETIVO ESTRATÉGICO	OE	TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO	DOTAÇÃO CONTRATUALIZADA (€)	DOTAÇÃO APROVADA (€)	DOTAÇÃO AINDA NÃO ALOCADA (€)
Europa mais social	ESO4.1	Apoio à Criação de emprego e microempreendedorismo - empresas	3 315 194,10	2 584 268,94	730 925,16
	ESO4.8	Planos de Ação (Inter)Municipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis	1 155 808,00	1 140 775,88	15 032,12
	ESO4.1	Capacitação de entidades territoriais de suporte à dinamização do emprego e do empreendedorismo	368 354,90	368 354,90	0,00
	ESO4.11	Programas (inter)municipais de promoção do sucesso escolar	2 901 671,00	2 901 145,19	525,81
	ESO4.11	Balcão da Inclusão - Unidades Móveis em territórios de baixa densidade	582 522,00	582 499,58	22,42
	ESO4.4	Formação da Administração pública regional e local	536 582,00	470 211,40	66 370,60
Europa mais inteligente	RSO1.2	Infraestruturas, desmaterialização de processos internos, serviços Web/online aos cidadãos e empresas e cibersegurança	3 018 430,00	3 018 430,00	0,00
	RSO1.3	Incubadoras, viveiros de empresas locais, incubadoras sociais e espaços de "coworking" - Infraestruturas, equipamentos e acessos	449 314,00	0,00	449 314,00
	RSO1.3	Ações coletivas - Qualificação das empresas	470 192,00	469 713,62	478,38
	RSO1.3	Sistema de incentivos de base territorial - empresas	7 385 764,00	7 385 764,00	0,00
Europa mais verde	RSO2.1	Eficiência Energetica na AP Local	3 657 542,00	3 318 794,41	338 747,59
	RSO2.2	Comunidades REN	883 333,00	0,00	883 333,00
	RSO2.4	Ações materiais de proteção civil e gestão integrada de riscos	2 810 222,00	2 560 431,29	249 790,71
	RSO2.5	CUA em baixa (sistemas municipais)	6 717 618,00	4 861 569,24	1 856 048,76
	RSO2.6	Recolha seletiva de resíduos (primordialmente em sistemas em baixa)	1 819 740,00	1 295 739,19	524 000,81
	RSO2.8	Mobilidade Sustentável	3 702 659,00	2 339 887,09	1 362 771,91
Europa mais próxima dos cidadãos	RSO5.1	Infraestruturas do pré-escolar	3 299 096,52	3 174 095,66	125 000,86
	RSO5.1	Infraestruturas de cuidados de saúde primários	1 185 725,40	1 043 822,40	141 903,00
	RSO5.1	Infraestruturas e Equipamentos Sociais	5 086 018,39	2 423 851,14	2 662 167,25
	RSO5.1	Equipamentos desportivos	2 740 647,48	2 378 823,69	361 823,79
	RSO5.1	Habitação social	2 203 612,57	0,00	2 203 612,57
	RSO5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	13 852 352,32	5 357 172,59	8 495 179,73
	RSO5.1	Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação do espaços públicos	18 186 258,51	11 354 659,47	6 831 599,04
	RSO5.1	Património cultural e natural	2 885 673,04	642 293,92	2 243 379,12
	RSO5.1	Produtos turísticos subregionais e locais	844 834,76	306 547,04	538 287,72
TOTAL			90 059 165 €	59 978 850,64	30 080 314,35

A Unidade de Análise de Pedidos de Pagamento, é responsável pelas seguintes tarefas:

- Apoio aos Beneficiários na submissão dos pedidos de pagamento no Sistema de Informação;
- Verificar a elegibilidade das despesas em sede de análise dos pedidos de pagamento;
- Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos aquando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o PO com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos;
- Assegurar que as despesas declaradas cumpriram as regras europeias e nacionais, devendo apoiar-se na realização de verificações de gestão das operações e nos definidos em Manual de Procedimentos;
- Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão;
- Criar e garantir à AG um sistema de gestão e análise adequado e fiável que permita a validação de despesas;
- Reportar, através dos mecanismos previstos pela AG, em Manual de Procedimentos e em Orientações de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária à elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação;
- Colaborar com a AG na elaboração dos relatórios anuais de execução, bem como na elaboração de relatórios intercalares, designadamente quanto ao contributo para previsões de execução.

Em 2025, foram submetidos/validados e pagos 13.088.912,46€, o que representa 21,82% da dotação aprovada, distribuída da seguinte forma:



Beneficiário	Fundo
Município Boticas	1 421 736,74 €
Município Chaves	3 058 061,17 €
Município Montalegre	5 188 667,91 €
Município Ribeira de Pena	127 856,53 €
Município Valpaços	564 503,72 €
Município Vila Pouca de Aguiar	1 326 272,68 €
ADRAT	78 037,09 €
AMAT	30 701,77 €
CIMAT	119 212,23 €
FUNDAÇÃO FEFAL	80 325,84 €
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE MONTALEGRE	155 790,08 €
SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VALPAÇOS	367 123,51 €
Apoio à Criação de Emprego e Microempreendedorismo 6 pedidos	57 674,78 €
Sistema de Incentivos de Base Territorial 27 pedidos	512 948,41 €
Total	13 088 912,46 €

A Unidade de Gestão e Acompanhamento, é responsável pelo acompanhamento da execução física das operações, através da realização de visitas ao local, verificando a realização dos investimentos e a execução das ações aprovadas/pagas.

O CDCT mantém-se como um instrumento territorial de grande relevância para o Alto Tâmega e Barroso, permitindo captar uma parte significativa dos fundos europeus direcionados para a sub-região. A sua gestão, assegurada pela Divisão de Gestão dos Fundos Europeus, é determinante para a concretização das estratégias de investimento definidas para o território.

Após o trabalho realizado até dezembro de 2024, que permitiu o mapeamento dos investimentos por objetivos prioritários, o ano de 2025 foi o ano do arranque operacional, centrando-se na aceleração e monitorização da implementação dos projetos, garantindo o cumprimento rigoroso das metas físicas e financeiras estabelecidas, bem como a observância dos normativos nacionais e comunitários aplicáveis.

Metas anuais de aprovação e de execução financeiras dos ITI CIM/AM

Metas	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Aprovação	35%	70%	90%	100%	100%	100%
Execução	6%	21%	43%	65%	85%	100%

ITI CIM/AM	Dotação CDCT ME	Taxa Aprovação	Taxa Execução
Área Metropolitana do Porto	376,73	34,8%	4,35%
CIM Tâmega e Sousa	186,93	49,1%	16,00%
CIM Douro	157,63	50,8%	6,58%
CIM Ave	149,93		16,02%
CIM Cávado	133,59		7,19%
CIM Alto Minho	128,14	49,5%	6,43%
CIM Terras de Trás-os-Montes	109,58	52,1%	10,24%
CIM Alto Tâmega e Barroso	90,06		11,18%
Total	1 332,58	50,0%	9,0%

O Ano de 2026 será também um ano particularmente exigente em termos de articulação institucional, uma vez que o sucesso da execução depende da cooperação estreita entre os seis municípios do Alto Tâmega e Barroso, a Autoridade de Gestão do Programa NORTE e os diferentes beneficiários finais. Neste contexto, a CIMAT continuará a desempenhar um papel de coordenação e suporte técnico, promovendo soluções conjuntas que assegurem a coerência territorial dos investimentos e a maximização do impacto dos fundos europeus no desenvolvimento económico, social e ambiental da região.

Divisão de Planeamento Territorial

A Divisão de Planeamento Territorial exerce competências nas áreas Planeamento, Ordenamento do Território, Transportes, Florestas, Recursos Naturais e Energia.

Constituída por uma equipa multidisciplinar, o trabalho tem-se debruçado no desenvolvimento de várias iniciativas, destacando-se Autoridade dos Transportes da CIMAT, o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, o desenvolvimento de projetos no âmbito das alterações climáticas e recursos naturais e ainda, durante o ano de 2025, a criação do Balcão “Espaço Energia”.

Unidade de Mobilidade e Transportes

- Transportes

O Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), instituiu a passagem de competências na gestão e fiscalização dos serviços de transporte públicos regulares dos Municípios para as Comunidades Intermunicipais.

Desde a assunção das competências da CIMAT como Autoridade de Transportes, que foram realizados um conjunto de procedimentos de contratação pública, com vista à contratualização do Serviço Público de Transporte de Passageiros.

O Contrato de Concessão entrou em vigor de forma faseada, a 4 de dezembro de 2023 no concelho de Montalegre, e a 2 de janeiro de 2024 no remanescente da rede das linhas Intermunicipais, Inter-regionais e Municipais nos Concelhos de Boticas, Chaves, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, e ainda nas três linhas dos transportes urbanos de Chaves

A oferta global de rede de transportes da CIMAT em 2025 ascendeu a 69 linhas de transporte regular de passageiros, sendo esta constituída por 47 de âmbito municipal, 3 urbanas (Transportes Coletivos Urbanos de Chaves), 9 intermunicipais, em partilha com as Comunidades Intermunicipais do Ave, Douro e Terras de Trás-os-Montes, 10 linhas inter-regionais.

No ano de 2025, em todo o território do Alto Tâmega, foram transportados em carreira regular, cerca de 711 298 passageiros, em 76 744 circulações, produzindo um total de 2 019 672,27 V/km. A procura por uma gestão eficiente e eficaz deste sistema de transporte público tem-se revelado um processo complexo que requer a coordenação, planeamento e execução adequados. Assim sendo, a CIMAT tem procurado munir-se das ferramentas adequadas e necessárias para melhorar a qualidade e eficiência dos serviços de transporte público na região, e para a fiscalização do Contrato de Concessão, tendo feito uso intensivo da plataforma avançada de Gestão e Fiscalização da Rede de Transportes no Alto Tâmega e Barroso, com informação em tempo real, uma importante ferramenta para acompanhamento e monitorização da mobilidade, eficiência e atratividade dos transportes públicos.

Para além disso, e no âmbito da prossecução das melhorias da rede de transportes, teve início a execução do projeto “Fornecimento e instalação de painéis de informação ao público em tempo real, nos terminais rodoviários e paragens centrais dos seis municípios do Alto Tâmega e Barroso” e do projeto “Fornecimento e instalação de sinalética nas paragens de autocarro em vias municipais de transporte público de passageiros do Alto Tâmega e Barroso”. Estes projetos incluem a implementação de sinalética em mais de duas centenas de paragens de transporte público e a colocação de equipamentos para apresentação de informação ao público em terminais rodoviárias e paragens centrais da rede.

Ainda no ano de 2025 foi reforçada a comunicação da Autoridade de Transportes com o público, com a Integração dos horários da rede Move Alto Tâmega e Barroso e Move Chaves na plataforma Movize, que é uma aplicação móvel que integra todos os operadores de transporte públicos e privados, permitindo aos utilizadores do transporte a planificação das viagens intermodais de forma eficiente, simplificando a mobilidade diária.

Foi dado início à execução do PMUS – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, que abordará os desafios da dispersão territorial, baixa densidade populacional e envelhecimento demográfico, integrando novas dinâmicas regionais, destacando-se a instalação de instituições de ensino superior e de novas indústrias no Território.

O objetivo deste Plano é munir a CIMAT e os Municípios que a integram de um instrumento no âmbito da mobilidade urbana sustentável, que deverá estabelecer a estratégia global de intervenção em matéria de organização equitativa das acessibilidades, dos transportes e da

gestão da mobilidade e, concomitantemente, em matéria de prospetiva e planeamento para o território abrangido.

A Portaria n.º 7-A, publicada a 5 de janeiro de 2024, veio definir a atribuição dos passes gratuitos para jovens estudantes, nas modalidades sub. 18+TP e estudante sub. 23+TP, tendo a CIMAT promovido, enquanto Autoridade de Transportes, e em devida articulação com os seis Municípios e o operador de transportes da região, pela implementação dos passes gratuitos para os jovens estudantes em toda a Região do Alto Tâmega.

Esta medida tem vindo a resultar num incremento da utilização do transporte público por parte da população jovem. Em termos globais foi verificado um aumento dos passageiros transportados em 2025 de 15,24%.

O Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva+TP), que veio substituir o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) nos transportes públicos coletivos de passageiros e o Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP) manteve-se como um importante instrumento da promoção da mobilidade no território.

Com a manutenção deste programa, durante este ano, foi possível dar continuidade à estratégia para a mobilidade que a CIMAT tem vindo a desenvolver, permitido financiar as obrigações de serviço público e respetivo reforço dos serviços em territórios de baixa densidade populacional, e ainda, o desenvolvimento de ações que promovem a redução tarifária nos sistemas de transportes públicos coletivo.

Unidade de Planeamento, Ordenamento do Território, Ambiente, Energia e Recursos Naturais

- Planos Municipais da Ação Climática

As alterações climáticas têm vindo a ser identificadas como uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam na atualidade e, tal problemática, tem levado a um aumento da procura por um maior conhecimento sobre o tema,

e os seus impactos na vida quotidiana, constituindo um dos maiores desafios ambientais à escala global, no presente século.

Conscientes desta problemática, o facto de existir um défice de conhecimento sobre este fenómeno, e considerando ainda o estabelecido na Lei de Bases do Clima, a CIMAT e os seis Municípios que a integram, promoveram pela elaboração dos seis “Planos Municipais da Ação Climática”, um por cada município, o âmbito de uma candidatura ao Aviso Norte2030-2023-12 – Planos Territoriais de Adaptação às Alterações Climáticas.

Estes Planos têm como objetivo reforçar as capacidades de adaptação às alterações climáticas pela adoção e articulação de medidas transversais, setoriais e territoriais. Para além disso, pretende-se promover a integração da adaptação e mitigação às alterações climáticas nas políticas de planeamento e gestão territorial, contribuindo também para a implementação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC). A execução dos seis Planos ficou concluída em 2024.

Para além do financiamento dos seis Planos Municipais, a candidatura integra também o desenvolvimento de um estudo de caracterização qualitativa e quantitativa dos serviços de ecossistema prestados pelo Alto Tâmega e Barroso; e a implementação de um projeto piloto de monitorização do risco associado à seca e escassez de água, circunscrito a uma área agrícola do concelho Valpaços, e que seja passível de replicar no futuro.

Estas ações foram iniciadas no ano de 2025 e prolongam-se para 2026.

- RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos | **Projetos 2022, 2023, 2024 e 2025**

As políticas relativas à gestão de resíduos têm evoluído no sentido da gestão sustentável dos materiais, a fim de proteger, preservar e melhorar a qualidade do ambiente, proteger a saúde humana, assegurar uma utilização prudente, eficiente e racional dos recursos naturais, reduzir a pressão sobre a capacidade regenerativa dos ecossistemas, promover os princípios da economia circular, reforçar a utilização da energia renovável, aumentar a eficiência energética, reduzir a dependência de recursos importados, proporcionar novas oportunidades económicas e contribuir para a competitividade a longo prazo.

No âmbito do projeto designado por “RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos”, uma iniciativa promovida pelo Fundo Ambiental de forma a devolver as receitas relativas à TGR aos municípios, a CIMAT é responsável por promover este apoio junto dos municípios que a constituem. Desta forma, a partir de 2022, têm sido celebrados anualmente, protocolos de colaboração que estabeleceram o modo de operacionalização do referido Programa e regulamentam os termos e condições de natureza técnica e financeira da colaboração entre o Fundo Ambiental e a CIMAT.

Estes projetos pretendem contribuir para o aumento da quantidade e qualidade da reciclagem dos resíduos, com particular ênfase nos biorresíduos, promovendo a redução da deposição de resíduos em aterro.

Os projetos da RecolhaBio 2023 foram concluídos no ano de 2025, e todos os reembolsos aos Municípios foram efetuados pela CIMAT durante este ano.

O projeto RecolhaBio 2024 teve uma prorrogação de prazo para a sua conclusão, passando para 30 de setembro de 2026. O município de Chaves encontra-se a executar os programas 2023 e 2024 em simultâneo.

O programa RecolhaBio 2025 foi lançado no final de 2025, possui um montante global de 281.876,54€, e o seu prazo de execução decorre até 30 de setembro de 2027.

- CLIMAAX AT – Avaliação climática multirrisco da região do Alto Tâmega para apoio à tomada de decisões sobre ações de adaptação às alterações climáticas

A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIMAT) integra o projeto “Avaliação climática multirrisco da região do Alto Tâmega e Barroso, para apoio à tomada de decisão sobre as ações de adaptação às alterações climáticas”, utilizando uma ferramenta de nível europeu de apoio à decisão para monitorizar os riscos e vulnerabilidades climáticas, formar técnicos locais e desenvolver/melhorar estratégias de adaptação.

O financiamento que ascende os 190 mil euros, permitirá desenvolver uma avaliação multirrisco climática da região e promover a adaptação às alterações climáticas e mitigação dos seus impactos.

O projeto permite que a região faça parte de uma rede mais ampla de iniciativas europeias de adaptação climática, possibilitando a partilha de experiências e melhores práticas com outras regiões vulneráveis.

O objetivo principal é aumentar a resiliência da região do Alto Tâmega às alterações climáticas através da capacitação das comunidades locais, do reforço da monitorização e investigação dos riscos climáticos, da implementação de estratégias eficazes de adaptação e mitigação e da promoção da cooperação intermunicipal para uma resposta coordenada e sustentável.

O projeto está dividido em três fases:

- Fase 1 – Avaliação Inicial de Riscos: metodologia comum europeia com dados globais;
- Fase 2 – Aperfeiçoamento da avaliação: refinamento com dados locais e validação de stakeholders;
- Fase 3 – Estratégias de Adaptação: melhoria dos Planos Municipais (PMAC) e medidas de mitigação.

Foram priorizados alguns riscos face às características e vulnerabilidades do território, designadamente as ondas de calor, a seca, os incêndios florestais e as inundações fluviais, com foco particular na área urbana de Chaves.

Durante o ano de 2025, foram elaborados os trabalhos respeitantes à fase 1, de avaliação inicial dos riscos, com aplicação da metodologia comum CLIMAAX. Foram escolhidos quatro riscos, considerados prioritários para o território: cheias, ondas de calor, secas e incêndios.



Unidade de Florestas e Serviços de Ecossistema

- Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais



Foi dada continuidade ao processo de construção do programa de Ação da Sub-Região do Alto Tâmega e Barroso, que define os projetos que devem ser prioritariamente implementados,



identifica os locais, calendários de execução e recursos necessários, incluindo os financeiros para a sua execução no terreno. A construção deste Programa terá continuidade em 2026.

- Brigadas de Sapadores Florestais

As brigadas de sapadores, quer em serviço requisitado pelos Municípios da Comunidade Intermunicipal, quer em serviço público, têm vindo a executar o seu trabalho em todo o território do Alto Tâmega e Barroso. O âmbito de intervenção prioritário visa a realização de ações de silvicultura preventiva, ações de apoio ao combate, rescaldo e ações de estabilização de emergência.

As duas Brigadas de Sapadores Florestais executaram, em 2025, um total de 550 hectares de silvicultura. Dos 550 hectares executados, 168 hectares foram ações de fogo controlado.

Em comparação com o ano de 2024, as duas brigadas executaram em 2025 menos 88 dias de silvicultura, perfazendo um total de 281 dias. No que diz respeito aos dias de vigilância, no ano de 2024 foram executados 70 dias de vigilância a brigada 1 e 75 dias a brigada 2 (em média mais 30 dias que em 2024) e estiveram empenhados em 26 ocorrências a brigada 1 e 22 ocorrências a brigada 2, das quais 4 ocorrências fora do território do Alto Tâmega e Barroso.

As brigadas também estiveram empenhadas em ações de estabilização de emergência pós incêndio, 12 dias a brigada 1 e 5 dias a brigada 2. Foi dada continuidade à capacitação dos elementos da brigada, através da participação em 12 dias de formação.

Os trabalhos desenvolvidos contribuem para o aumento da resiliência do Território, diminuição dos incêndios florestais e valorização do espaço rural.

Recorde-se que a CIMAT possui, até ao momento, duas brigadas de Sapadores Florestais, cada uma com 15 elementos, e, desde 2020, a área de intervenção no âmbito da silvicultura está dividida em duas áreas: a Brigada 1 está afeta aos municípios de Boticas, Chaves e Montalegre e a Brigada 2 está afeta aos municípios de Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

Em 2025, foram concedidos pelo Fundo Ambiental, no âmbito do funcionamento das brigadas e do GTF'I os seguintes apoios:

Apoios Financeiro 2025						
Projeto	N.º Candidatura	Valor Total elegível	Valor elegível Apoio 2025	Valor Justificado 2025	Valor Justificado recebido 2025	Valor Por receber
Apoio ao funcionamento das Equipas de Sapadores Florestais - 2024	2025-2011-01-0100	330 000,00 €	56 100,00 €	56 100,00 €	56 100,00 €	- €
Apoio ao funcionamento das Equipas de Sapadores Florestais - 2025-2028	2025-2011-01-0100	369 600,00 €	369 600,00 €	369 600,00 €	351 120,00 €	18 480,00 €
Apoio ao equipamento das equipas e brigadas de sapadores florestais - 2024	2024-2012-01-0031	25 500,00 €	12 750,00 €	12 750,00 €	12 750,00 €	- €
Apoio ao funcionamento dos Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais (GTFI's) 2023	2025-2022-01-0004	47 600,00 €	47 600,00 €	47 600,00 €	47 600,00 €	- €
FFP TOTAL		772 700,00 €	486 050,00 €	486 050,00 €	467 570,00 €	18 480,00 €

- POCTEP Aldealix - Projeto piloto de valorização da biomassa

A biomassa, fonte de energia renovável que utiliza elementos orgânicos como restos de animais e plantas, possui como vantagem principal o diminuto impacto ambiental quando comparada às fontes de energia tradicionais. Os ecossistemas rurais são a principal fonte de biomassa usada na produção de energia renovável em Portugal. O aproveitamento da biomassa diminui a dependência de combustíveis fósseis e, em simultâneo, pode incentivar a gestão das áreas florestais, reduzindo o risco de incêndio.

Integrado no programa Interreg VA Espanha-Portugal (POCTEP), o Projeto POCTEP Aldealix_Aldeias-Modelo visa promover comunidades energéticas baseadas na biomassa no território rural (aldeias) da Euroregião, como uma alternativa viável para produzir energia de proximidade e autossuficiência energética através da utilização da biomassa que se gera localmente por meio de uma solução integral, para o abastecimento das necessidades térmicas das casas e dos edifícios públicos mediante a criação de pequenas redes de calor, que será complementada pela produção de energia elétrica fotovoltaica.

O projeto visa promover comunidades energéticas no território rural (aldeias) da Euroregião baseadas na biomassa, como uma alternativa viável para produzir energia de proximidade através da utilização da biomassa.

Cabe à CIMAT promover esta iniciativa, juntamente o Município de Vila Pouca de Aguiar e a freguesia de Tresminas, onde será implementada uma destas comunidades energéticas. Prevê-se que os marcos e as metas definitivas devam ser cumpridos até meados de 2026.

No ano de 2025, no contexto do projeto, a CIMAT concretizou as seguintes atividades:

- Elaboração do Plano Transfronteiriço de Visitas Demonstrativas às redes de calor;
- Elaboração do Guia metodológico e infografia para o desenvolvimento e funcionamento das comunidades energéticas rurais;
- Realização de uma visita técnica para técnicos e decisores políticos à rede de calor de Lalin (centro escolar e polidesportivo) e de Lugo (rede de aquecimento do complexo universitário);
- Colaboração com os restantes parceiros na execução das suas atividades

Este projeto terá continuidade em 2026.

- Elaboração dos 6 Planos Municipais de Emergência de Proteção civil

No âmbito da estratégia de harmonização e atualização dos instrumentos de planeamento de emergência no território do Alto Tâmega, foi desencadeado um procedimento com vista à revisão dos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) e à elaboração dos Planos de Emergência Externos (Diretiva SEVESO), em conformidade com a legislação em vigor. Com esta iniciativa pretendeu-se ganhar escala e promover a harmonização dos documentos de Proteção Civil no território do Alto Tâmega.

A CIMAT, em articulação com os seis municípios da região, deu início ao processo de revisão dos instrumentos de planeamento de emergência, designadamente:

- À revisão dos PMEPC dos municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar;
- A elaboração dos Planos de Emergência Externos (Diretiva “SEVESO III”) para os municípios de Chaves e Vila Pouca de Aguiar.

Até final de 2025, estavam concluídos:

- A versão final do PMEPC para emissão de parecer da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil do PMEPC de Boticas, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar;
- A versão preliminar do PMEPC para conhecimento da Comissão Municipal de Emergência e Proteção Civil de Chaves, Montalegre e Ribeira de Pena;

- A versão preliminar do Plano de Emergência externo diretivo SEVESO dos municípios de Vila Pouca de Aguiar e de Chaves.

- Projeto Vera

No decorrer do ano de 2025, a CIMAT participou no Projeto VERA, assumindo o papel de entidade facilitadora dos utilizadores finais e colaborando na compilação e sistematização dos elementos vulneráveis do território, com vista ao respetivo mapeamento em termos de vulnerabilidade.

O Projeto VERA foi liderado pela empresa METEOGRID SL e cofinanciado pela Comissão Europeia no âmbito do Mecanismo Europeu de Proteção Civil, tendo como principal objetivo o desenvolvimento de uma ferramenta de apoio à decisão que permita reforçar a cooperação e a coordenação transfronteiriça entre agências de proteção civil. O projeto incide, sobretudo, sobre três tipologias de risco: incêndios rurais/florestais, inundações e acidentes industriais, incluindo acidentes nucleares.

A ferramenta desenvolvida — FAD VERA — integra o mapeamento de elementos vulneráveis, designadamente aglomerados populacionais e infraestruturas sensíveis, bem como toda a informação de base necessária à execução de simulações relativas aos diferentes cenários de risco considerados. Em contexto de planeamento e resposta a emergências, esta ferramenta permitirá aos agentes envolvidos identificar as áreas da região que necessitam de intervenção prioritária, facilitando a definição de estratégias de resposta e a elaboração ou atualização de planos de prevenção.

No final do projeto, CIMAT acolheu a primeira ação de treino do Projeto VERA entre Portugal e Espanha, que marcou o início da fase prática do projeto na área piloto da Euroregião Alto Tâmega e Ourense, permitindo que os principais agentes de proteção civil experimentassem a plataforma e participassem em um exercício operativo.

- RN21 - Resina Natural

A transição para uma economia mais sustentável, oferece inúmeras oportunidades para revitalizar os setores mais tradicionais da economia portuguesa, onde se destaca a produção e transformação da resina natural.

A CIMAT, no âmbito da transição para uma Bio economia sustentável, integra o Consórcio RN21 - Inovação na Fileira da Resina Natural para Reforço da Bio economia Nacional, que reúne pela

primeira vez as empresas e outras entidades de toda a cadeia de valor da Resina Natural em Portugal num Consórcio integrado e mobilizador de investigação e inovação para uma maior valorização da resina nacional.

Este consórcio, que envolve 37 entidades de todo o país, pretende potenciar as grandes possibilidades de aplicação no mercado, fomentando a revitalização de toda a cadeia de valor, com vista à sua modernização, sustentabilidade e incorporação de conhecimento técnico-científico.

A CIMAT assegurará a aplicação de três medidas deste projeto integrado no nosso território, mais concretamente no reforço da capacidade produtiva do pinhal, na resinagem mais atrativa para o proprietário florestal e na diferenciação positiva da resina natural e derivados e participa na organização do evento final de encerramento do projeto que decorrerá em Chaves, nos dias 7 e 8 de maio. Este projeto será desenvolvido até ao final de 2026.

- Operação DataLab@AltoTâmega.Barroso | NORTE2030-FEDER-02105400

A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso apresentou a candidatura ao aviso “Digitalização da Administração Pública Local (IT)” no âmbito do programa NORTE2030, com o objetivo de promover a modernização dos serviços públicos e fortalecer a gestão territorial. Através de investimentos em hardware e software, a CIMAT procura otimizar processos internos, melhorar a qualidade e gestão de dados e fortalecer a capacidade de análise e de monitorização das várias dinâmicas da região.

A candidatura pretendeu reforçar as capacidades do Observatório do Alto Tâmega e Barroso, promovendo maior eficiência na monitorização e análise de dados regionais. Paralelamente, visa o fortalecimento da segurança digital, face ao aumento das ameaças cibernéticas, garantindo uma infraestrutura robusta que proteja a informação sensível e assegure a continuidade das operações.

A operação contemplou a aquisição de diversos equipamentos e softwares que são essenciais para a modernização da infraestrutura tecnológica e para o aumento da capacidade operacional do Observatório do Alto Tâmega e Barroso. Entre os equipamentos que foram adquiridos, incluem-se:

- **Hardware:** módulos de memória RAM de alto desempenho, servidores NAS com elevada capacidade de armazenamento, discos rígidos, expansores de porta SAS e switches de rede avançados, entre outros;
- **Software:** sistemas operativos robustos (Windows Server 2022), soluções de gestão de bases de dados (SQL Server 2022).

Para além disso, e no âmbito da aprovação de um pedido de reprogramação por parte da CIMAT, foi adicionada a despesa relativa ao procedimento de ajuste direto para a implementação de software de workflow e gestão documental para a CIMAT, no seguimento da estratégia implementada com vista à modernização administrativa e à desmaterialização de processos. O projeto ficou concluído no ano de 2025.

- Espaço Energia CIMAT

O Espaço Energia CIMAT, criado no ano de 2025, integra a Rede Nacional de Espaços Energia e constitui um ponto de atendimento técnico de proximidade vocacionado para apoiar cidadãos, pequenas empresas e entidades locais nas áreas da eficiência energética e da transição energética.

A sua criação enquadra-se na Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética e visa aproximar as políticas públicas de energia dos territórios de baixa densidade, assegurando acompanhamento técnico especializado e personalizado.

Instalado na sede da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, o Espaço Energia funciona como balcão físico de atendimento, disponibilizando esclarecimento técnico e apoio nas seguintes matérias:

- Eficiência energética em edifícios habitacionais e de serviços;
- Sistemas de energias renováveis, nomeadamente autoconsumo fotovoltaico;
- Mobilidade elétrica e soluções de carregamento;
- Redução de consumos energéticos e otimização de faturas;
- Informação e apoio no acesso a incentivos e programas de financiamento públicos.

Enquanto estrutura intermunicipal, assume igualmente uma função de articulação técnica regional, apoiando os Municípios na implementação dos seus balcões Espaço Energia.

Num território marcado pela dispersão geográfica e por desafios estruturais associados à pobreza energética, o Espaço Energia CIMAT constitui um instrumento de apoio técnico qualificado, promovendo a redução de desigualdades no acesso à informação e às oportunidades de financiamento, e contribuindo para uma transição energética mais inclusiva e territorialmente equilibrada.

- Apoio Técnico e Logístico em Eventos

A Divisão de Planeamento Territorial assegura apoio logístico e técnico a eventos promovidos pelos Municípios integrantes da CIMAT, bem como às iniciativas institucionais organizadas pela própria Comunidade Intermunicipal.

No âmbito dos eventos municipais, designadamente feiras, mostras temáticas e outras iniciativas de dinamização territorial, o apoio prestado incide sobretudo na montagem e operacionalização de equipamento multimédia e equipamentos técnicos associados, garantindo condições adequadas de funcionamento, segurança e qualidade visual dos espaços de realização dos eventos.

Relativamente aos eventos promovidos diretamente pela CIMAT, a Divisão assegura o apoio à montagem e gestão da estrutura multimédia, incluindo equipamentos de projeção, som e suporte audiovisual, bem como colaboração na organização técnica e acompanhamento durante a realização das iniciativas.

O apoio prestado visa assegurar o adequado funcionamento das iniciativas institucionais, contribuindo para a qualidade técnica dos eventos e para a imagem institucional da CIMAT e dos Municípios do Alto Tâmega e Barroso.

Sistemas e Tecnologias da Informação

Esta atividade encontra-se externalizada.

Outras atividades desenvolvidas

Além destes projetos, foram ainda desenvolvidas outras atividades, de onde se destacam:

- Intervenção Integrada de Base Territorial à escala da NUTS III Alto Tâmega para o horizonte temporal de 2030;
- Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional;
- Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.





RELATÓRIO DE CONTAS

Ano Financeiro de 2025

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025

AD



INTRODUÇÃO

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, visa promover a harmonização contabilística, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, dando informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

Este novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades.

Assim, o presente relatório analisa a execução do orçamento da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso e a sua situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

ANÁLISE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Execução da Receita

A execução orçamental da receita apresenta um desempenho global positivo. A receita corrente registou previsões corrigidas de 6.109.327,51 €, tendo sido cobrados 6.858.228,24 €, o que corresponde a um grau de execução de 112,26%. Isto significa que a receita arrecadada ultrapassou o valor inicialmente previsto no orçamento, demonstrando uma capacidade de arrecadação superior ao estimado.

No que respeita aos rendimentos de propriedade, que incluem essencialmente juros provenientes de instituições financeiras, verificou-se uma previsão de 250,00 € e uma cobrança de 399,10 €, correspondendo a uma taxa de execução de 159,64%. Esta percentagem indica que o valor recebido foi significativamente superior ao previsto, possivelmente devido a maiores rendimentos financeiros ou variações nas taxas de juros.

Relativamente às transferências e subsídios correntes, que constituem a principal fonte de financiamento da entidade, a previsão corrigida foi de 6.108.977,51 €, tendo sido cobrados 3.157.526,97 €, o que corresponde a uma taxa de execução de 51,69%. Este valor demonstra que cerca de metade das transferências previstas foi efetivamente recebida durante o período em análise, podendo indicar que algumas verbas ainda não foram transferidas ou que determinados financiamentos ficaram por executar durante o exercício.

Dentro desta rubrica, as transferências provenientes da Administração Central – Estado apresentaram uma taxa de execução de 38,54%, com 1.830.633,71 € recebidos face a uma previsão de 4.749.370,11 €. Este nível de execução relativamente baixo pode estar relacionado com a calendarização de pagamentos, execução de projetos financiados ou transferências previstas para anos seguintes.

Por outro lado, algumas sub-rubricas específicas, como as transferências provenientes da DGAL, registaram uma execução superior ao previsto, com 298.632,00 € cobrados face a uma previsão de 288.972,00 €, o que representa 103,34% de execução. Isto indica que os montantes transferidos superaram ligeiramente o valor inicialmente estimado.

De forma geral, a execução da receita apresenta um resultado positivo, com execução global superior a 100%. No entanto, observa-se uma forte dependência das transferências da Administração Pública, cuja execução ficou abaixo do previsto em algumas rubricas, enquanto outras fontes de receita, como rendimentos financeiros, superaram as expectativas iniciais.

Execução da Despesa

A análise da demonstração de execução orçamental da despesa permite avaliar o grau de concretização das despesas correntes previstas para o exercício de 2025. De acordo com o documento, a dotação corrigida total da despesa foi de 8.483.354,79 €, tendo sido efetuados pagamentos no montante de 5.398.123,62 €, o que corresponde a um grau de execução orçamental de 63,46%.

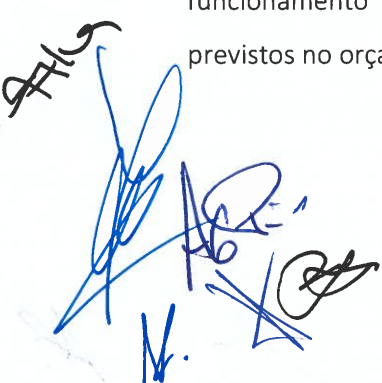
Este valor demonstra que os encargos associados ao funcionamento regular da entidade — como despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços — foram, na sua maioria, executados conforme previsto, garantindo a continuidade das atividades operacionais.

Por outro lado, as despesas de capital registam uma taxa de execução na ordem dos 52,44%, o que indica que os investimentos previstos (como aquisição de bens duradouros ou projetos estruturais) não foram concretizados na sua totalidade durante o exercício.

Esta situação pode estar associada ao adiamento de projetos e à reprogramação de investimentos para períodos futuros.



De uma forma geral, a execução orçamental da despesa em 2025 apresenta um grau global de 63,09%, sendo caracterizada por uma execução da despesa corrente de 63,46% e uma execução da despesa de capital de 52,44%. Este padrão sugere que a entidade assegurou o seu funcionamento regular, mas não concretizou, na totalidade, os investimentos inicialmente previstos no orçamento.



Proposta de aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido do exercício positivo no montante de 1 268 022,34€ tenha a seguinte aplicação:

- Seja transferido para a conta “56 – Resultados Transitados”.

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÁMEGA E BARRIO

Pág.: 1
Ano: 2025

Período: 2025/01/01 C 2025/12/31 C Desagregar: S Considerar o saldo da gerência anterior nas receitas liquidadas e cobradas: S

Euros

Classificação		Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Receita por cobrar no final do período	Grau Exec. Orçamental	
Rubrica	Económica Designação						Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Pers. Ant.	Per. Corr.
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (5)-(7)	(11)	(12)=(8)/(1)x100	(13)=(9)/(1)x100
R1	Receita corrente	6.109.327,51		6.858.228,24		6.858.228,24				6.858.228,24	6.858.228,24			112,26
R11	Receita fiscal													
R12	Impostos diretos													
R2	Impostos indiretos													
R3	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde													
R4	Taxas, multas e outras penalidades													
R4	Rendimentos de propriedade	250,00		399,10		399,10				399,10	399,10			159,64
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	250,00		399,10		399,10				399,10	399,10			159,64
0502	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	250,00		399,10		399,10				399,10	399,10			159,64
050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	250,00		399,10		399,10				399,10	399,10			159,64
R5	Transferências e subsídios correntes	6.108.977,51		3.157.526,97		3.157.526,97				3.157.526,97	3.157.526,97			51,69
R51	Transferências correntes	6.108.977,51		3.157.526,97		3.157.526,97				3.157.526,97	3.157.526,97			51,69
R511	Administrações Públicas	6.108.977,51		3.157.526,97		3.157.526,97				3.157.526,97	3.157.526,97			51,69
R5111	Administração Central - Estado Português	4.749.370,11		1.830.633,71		1.830.633,71				1.830.633,71	1.830.633,71			38,54
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.749.370,11		1.830.633,71		1.830.633,71				1.830.633,71	1.830.633,71			38,54
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.749.370,11		1.830.633,71		1.830.633,71				1.830.633,71	1.830.633,71			38,54
060301	ESTADO	288.972,00		298.632,00		298.632,00				298.632,00	298.632,00			103,34
06030199	OUTROS	288.972,00		298.632,00		298.632,00				298.632,00	298.632,00			103,34
0603019901	DGAL	288.972,00		298.632,00		298.632,00				298.632,00	298.632,00			103,34
060301990101	DGAL - TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTO DE ESTADO	288.972,00		298.632,00		298.632,00				298.632,00	298.632,00			103,34
060306	ESTADO - PART. COMUNITÁRIA EM PROJ. CO-FINANCIADOS	4.460.398,11		1.532.001,71		1.532.001,71				1.532.001,71	1.532.001,71			34,35
06030601	FEDER	863.751,08		676.773,40		676.773,40				676.773,40	676.773,40			78,35
06030602	FSE	233.428,18		387.658,31		387.658,31				387.658,31	387.658,31			166,07
06030604	FUNDO COESÃO	5,00												
06030605	ICNF	359.250,00		467.570,00		467.570,00				467.570,00	467.570,00			130,15
06030606	IMT	1.536.252,42												
06030607	FUNDO AMBIENTAL	1.369.400,04												
06030608	FSPT	98.311,39												
R5112	Administração Central - Outras entidades													
R5113	Segurança Social													
R5114	Administração Regional													
R5115	Administração Local	1.359.607,40		1.326.893,26		1.326.893,26				1.326.893,26	1.326.893,26			97,59
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.359.607,40		1.326.893,26		1.326.893,26				1.326.893,26	1.326.893,26			97,59
0605	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.359.607,40		1.326.893,26		1.326.893,26				1.326.893,26	1.326.893,26			97,59
060501	CONTINENTE	1.359.607,40		1.326.893,26		1.326.893,26				1.326.893,26	1.326.893,26			97,59
06050101	Municípios Integrantes da CIM-TM	1.359.507,40		1.326.893,26		1.326.893,26				1.326.893,26	1.326.893,26			97,60
06050102	Associação de Municípios do Alto Tâmega	100,00												
R512	Exterior - U E													
R513	Outras													
R52	Subsídios correntes													
R6	Venda de bens e serviços													
R7	Outras receitas correntes	100,00		3.700.302,17		3.700.302,17				3.700.302,17	3.700.302,17			3700302,17
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100,00		3.700.302,17		3.700.302,17				3.700.302,17	3.700.302,17			3700302,17
0801	OUTRAS	100,00		3.700.302,17		3.700.302,17				3.700.302,17	3.700.302,17			3700302,17
080199	OUTRAS	100,00		3.700.302,17		3.700.302,17				3.700.302,17	3.700.302,17			3700302,17
08019999	DIVERSAS	100,00		3.700.302,17		3.700.302,17				3.700.302,17	3.700.302,17			3700302,17
R8	Receita de capital													
R9	Venda de bens de investimento													
R91	Transferências e subsídios de capital													
R911	Transferências de capital													
R9111	Administrações Públicas													
R91111	Administração Central - Estado Português													
Total:		6.109.327,51		6.858.228,24		6.858.228,24				6.858.228,24	6.858.228,24			112,26

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA E BARRIOCO

Pág. : 2
Ano : 2025

Período : 2025/01/01 C 2025/12/31 C Desagregar : S Considerar o saldo da gerência anterior nas receitas liquidadas e cobradas : S

Euros

Classificação		Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Receita por cobrar no final do período	Grau Exec. Orçamental	
Rubrica	Económica Designação						Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Pers. Ant.	Per. Corr.
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (5)-(7)	(11)	(12)=(8)/(1)x100	(13)=(9)/(1)x100
R9112	Administração Central - Outras entidades													
R9113	Segurança Social													
R9114	Administração Regional													
R9115	Administração Local													
R912	Exterior - U E													
R913	Outras													
R92	Subsídios de capital													
R10	Outras receitas de capital													
R11	Reposições não abtidas aos pagamentos													
R12	Receita com ativos financeiros													
R13	Receita com passivos financeiros													
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	2.675.441,88		2.675.441,88		2.675.441,88				2.675.441,88	2.675.441,88			100.00
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2.675.441,88		2.675.441,88		2.675.441,88				2.675.441,88	2.675.441,88			100.00
1601	SALDO ORÇAMENTAL	2.675.441,88		2.675.441,88		2.675.441,88				2.675.441,88	2.675.441,88			100.00
160101	NA POSSE DO SERVIÇO	2.675.441,88		2.675.441,88		2.675.441,88				2.675.441,88	2.675.441,88			100.00
Total :		8.784.769,39		9.533.670,12		9.533.670,12				9.533.670,12	9.533.670,12			108.52

Período : 2025/01/01 C 2025/12/31 C Desagregar : S

Euros

Classificação		Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Grau Exec. Orçamental	
Rubrica Orgânica Económica	Designação						Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)			Pers. Ant. (11)=(6)/(2)x100	Per. Corr. (12)=(7)/(2)x100
D1	Despesa corrente	13.859,22	8.483.854,79		6.342.291,72	5.412.449,20	13.859,22	5.384.264,40	5.398.123,62	929.842,52	14.325,58	0.16	63.44
D11	Despesas com o pessoal	13.859,22	1.548.358,70		1.421.996,94	1.415.067,45	13.859,22	1.386.882,65	1.400.741,87	6.929,19	14.325,58	0.89	89.56
01	Remunerações Certas e Permanentes	13.859,22	1.232.121,91		1.133.375,64	1.133.375,64	13.859,22	1.105.190,84	1.119.050,06		14.325,58	1.12	89.70
0102	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	13.859,22	1.232.121,91		1.133.375,64	1.133.375,64	13.859,22	1.105.190,84	1.119.050,06		14.325,58	1.12	89.70
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL	13.859,22	1.232.121,91		1.133.375,64	1.133.375,64	13.859,22	1.105.190,84	1.119.050,06		14.325,58	1.12	89.70
01	DESPESAS COM O PESSOAL	13.859,22	1.232.121,91		1.133.375,64	1.133.375,64	13.859,22	1.105.190,84	1.119.050,06		14.325,58	1.12	89.70
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	13.859,22	1.232.121,91		1.133.375,64	1.133.375,64	13.859,22	1.105.190,84	1.119.050,06		14.325,58	1.12	89.70
010102	ÓRGÃOS SOCIAIS	2.523,22	85.254,02		77.477,20	77.477,20	2.523,22	73.462,58	75.985,80		1.491,40	2.93	85.17
010104	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	10.685,35	790.353,54		746.819,10	746.819,10	10.685,35	725.185,11	735.870,50		10.948,60	1.35	91.75
01010401	Pessoal em funções	10.685,35	790.353,54		746.819,10	746.819,10	10.685,35	725.185,11	735.870,50		10.948,60	1.35	91.75
010105	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		77.858,07		67.829,98	67.829,98		66.600,20	66.600,20		1.229,78		85.54
010107	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		100,00										
010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		100,00										
010111	REPRESENTAÇÃO	650,61	27.000,00		25.364,83	25.364,83	650,61	24.058,42	24.709,03		655,80	2.41	89.11
01011101	REPRESENTAÇÃO ÓRGÃOS SOCIAIS	650,61	21.000,00		20.236,75	20.236,75	650,61	19.139,84	19.790,45		446,30	3.10	91.14
01011102	PESSOAL DOS QUADROS		6.000,00		5.128,08	5.128,08		4.918,58	4.918,58		209,50		81.98
010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		85.712,00		66.750,00	66.750,00		66.750,00	66.750,00				76.98
01011301	SUBSÍDIO REFEIÇÃO - ÓRGÃOS SOCIAIS		3.104,00		2.256,00	2.256,00		2.256,00	2.256,00				72.68
01011302	SUBSÍDIO REFEIÇÃO - PESSOAL EM FUNÇÕES		77.600,00		59.076,00	59.076,00		59.076,00	59.076,00				76.13
01011303	SUBSÍDIO REFEIÇÃO - PESSOAL COM CONTRATO A TERMO		6.008,00		5.418,00	5.418,00		5.418,00	5.418,00				90.18
010114	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		163.744,28		149.134,53	149.134,53		149.134,53	149.134,53				91.08
01011401	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL - ÓRGÃOS SOCIAIS		14.042,34		13.059,94	13.059,94		13.059,94	13.059,94				93.00
01011402	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL - PESSOAL EM FUNÇÕES		133.392,25		125.058,59	125.058,59		125.058,59	125.058,59				93.75
01011403	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL - PESSOAL COM CONTRATO A TERMO		16.309,68		11.016,00	11.016,00		11.016,00	11.016,00				67.54
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais		9.500,00		6.447,47	6.447,47		6.447,47	6.447,47				67.87
01	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA		9.500,00		6.447,47	6.447,47		6.447,47	6.447,47				67.87
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		9.500,00		6.447,47	6.447,47		6.447,47	6.447,47				67.87
01	DESPESAS COM O PESSOAL		9.500,00		6.447,47	6.447,47		6.447,47	6.447,47				67.87
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		9.500,00		6.447,47	6.447,47		6.447,47	6.447,47				67.87
010204	AJUDAS DE CUSTO		6.000,00		4.654,63	4.654,63		4.654,63	4.654,63				77.58
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		3.500,00		1.792,84	1.792,84		1.792,84	1.792,84				51.22
01021303	Senhas de presença		3.500,00		1.792,84	1.792,84		1.792,84	1.792,84				51.22
D13	Segurança social		306.976,79		282.173,53	275.244,34		275.244,34	275.244,34	6.929,19			89.66
01	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA		306.976,79		282.173,53	275.244,34		275.244,34	275.244,34	6.929,19			89.66
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		306.976,79		282.173,53	275.244,34		275.244,34	275.244,34	6.929,19			89.66
01	DESPESAS COM O PESSOAL		306.976,79		282.173,53	275.244,34		275.244,34	275.244,34	6.929,19			89.66
0103	SEGURANÇA SOCIAL		306.976,79		282.173,53	275.244,34		275.244,34	275.244,34	6.929,19			89.66
010301	ENCARGOS COM A SAÚDE		15.000,00		225,00	225,00		225,00	225,00				1.50
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		256.976,79		249.448,53	249.448,53		249.448,53	249.448,53				97.07
01030501	ADSE		1.000,00										
01030502	SEGURANÇA SOCIAL		255.976,79		249.448,53	249.448,53		249.448,53	249.448,53				97.45
0103050201	Caixa Geral de Aposentações		51.201,91		50.990,93	50.990,93		50.990,93	50.990,93				99.59
0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		204.774,88		198.457,60	198.457,60		198.457,60	198.457,60				96.92
010309	SEGUROS		35.000,00		32.500,00	25.570,81		25.570,81	25.570,81	6.929,19			73.06
01030901	Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais		35.000,00		32.500,00	25.570,81		25.570,81	25.570,81	6.929,19			73.06
01	Aquisição de bens e serviços		6.699.086,09		4.689.293,60	3.766.380,27		3.766.380,27	3.766.380,27	922.913,33			56.22
0102	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA		6.699.086,09		4.689.293,60	3.766.380,27		3.766.380,27	3.766.380,27	922.913,33			56.22
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		6.699.086,09		4.689.293,60	3.766.380,27		3.766.380,27	3.766.380,27	922.913,33			56.22
02	AQUISICÃO DE BENS E SERVIÇOS		6.699.086,09		4.689.293,60	3.766.380,27		3.766.380,27	3.766.380,27	922.913,33			56.22
0201	AQUISICÃO DE BENS		291.667,32		163.998,30	105.723,45		105.723,45	105.723,45	58.274,85			36.25
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		49.567,32		38.741,02	28.559,17		28.559,17	28.559,17	10.181,85			57.62
02010201	GASOLINA		17.905,25		15.906,26	9.093,14		9.093,14	9.093,14	6.813,12			50.78
02010202	GASÓLEO		28.661,05		22.661,06	19.292,33		19.292,33	19.292,33	3.368,73			67.31
Total :		13.859,22	1.595.166,02		1.460.563,96	1.443.452,92	13.859,22	1.415.268,12	1.429.127,34	17.111,04	14.325,58	0.87	88.72

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA E BARROSO

Pág. : 2
Ano : 2025

Período : 2025/01/01 C 2025/12/31 C Desagregar : S

Euros

Classificação		Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descontos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Grau Exec. Orçamental	
Rubrica Orgânica Económica	Designação						Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8) = (6) + (7)			Pers. Ant. (11)=(6)/ (2)x100	Per. Corr. (12)=(7)/ (2)x100
02010299	OUTROS		3.000,00		173,70	173,70		173,70	173,70				5,79
020104	LIMPEZA E HIGIENE		1.000,00										
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		32.500,00		25.979,20	25.979,20		25.979,20	25.979,20				79,94
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1.000,00		153,31	153,31		153,31	153,31				15,33
020109	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		1.000,00										
020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		80.000,00		14.183,24	14.183,24		14.183,24	14.183,24				17,73
020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00										
020119	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		1.500,00										
020121	OUTROS BENS		125.000,00		84.941,53	36.848,53		36.848,53	36.848,53	48.093,00			29,48
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	6.407.418,77	6.407.418,77		4.525.295,30	3.660.656,82		3.660.656,82	3.660.656,82	864.638,48			57,13
020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		8.500,00		4.998,06	4.998,06		4.998,06	4.998,06				58,80
020202	LIMPEZA E HIGIENE		1.771,20		1.180,80	1.180,80		1.180,80	1.180,80				66,67
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS		140.000,00		33.486,94	30.133,59		30.133,59	30.133,59	3.353,35			21,52
020209	COMUNICAÇÕES		4.000,00		3.764,83	3.379,68		3.379,68	3.379,68	385,15			84,49
020210	TRANSPORTES	4.430.264,50	4.430.264,50		3.891.973,11	3.168.743,17		3.168.743,17	3.168.743,17	723.229,94			71,52
020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		100,00										
020212	SEGUROS		15.000,00		13.800,00	10.067,10		10.067,10	10.067,10	3.732,90			67,11
020213	DESLAÇÕES E ESTADAS		119.958,83		36.010,58	36.010,58		36.010,58	36.010,58				30,02
020214	ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA		476.072,00		13.413,00	9.963,00		9.963,00	9.963,00	3.450,00			2,09
020215	FORMAÇÃO		21.150,00		2.650,00	2.650,00		2.650,00	2.650,00				12,53
020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		194.956,92		89.435,71	75.177,99		75.177,99	75.177,99	14.261,72			38,55
020217	PUBLICIDADE		212.905,54		11.649,49	11.649,49		11.649,49	11.649,49				5,47
020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		34.583,30		17.539,95	14.185,88		14.185,88	14.185,88	3.354,07			41,02
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		539.116,14		364.904,05	266.481,73		266.481,73	266.481,73	98.422,32			41,70
020225	OUTROS SERVIÇOS		109.000,34		40.484,78	26.035,75		26.035,75	26.035,75	14.449,03			23,69
D3	Juros e outros encargos												
D4	Transferências e subsídios correntes	235.020,00	235.020,00		230.596,07	230.596,07		230.596,07	230.596,07				98,12
D41	Transferências correntes	235.020,00	235.020,00		230.596,07	230.596,07		230.596,07	230.596,07				98,12
D411	Administrações Públicas	20,00	20,00										
D4111	Administração Central - Estado												
D4112	Português												
D4112	Administração Central - Outras entidades												
D4113	Segurança Social												
D4114	Administração Regional												
D4115	Administração Local	20,00	20,00										
01	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	20,00	20,00										
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL	20,00	20,00										
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20,00	20,00										
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	20,00	20,00										
040501	CONTINENTE	20,00	20,00										
04050104	Associações de Municípios	10,00	10,00										
04050108	OUTROS	10,00	10,00										
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo												
D413	Famílias												
D414	Outras	235.000,00	235.000,00		230.596,07	230.596,07		230.596,07	230.596,07				98,13
01	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	235.000,00	235.000,00		230.596,07	230.596,07		230.596,07	230.596,07				98,13
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL	235.000,00	235.000,00		230.596,07	230.596,07		230.596,07	230.596,07				98,13
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	235.000,00	235.000,00		230.596,07	230.596,07		230.596,07	230.596,07				98,13
0401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	235.000,00	235.000,00		230.596,07	230.596,07		230.596,07	230.596,07				98,13
040102	PRIVADAS	235.000,00	235.000,00		230.596,07	230.596,07		230.596,07	230.596,07				98,13
D42	Subsídios Correntes												
D5	Outras despesas correntes	1.150,00	1.150,00		405,41	405,41		405,41	405,41				35,25
01	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	1.150,00	1.150,00		405,41	405,41		405,41	405,41				35,25
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL	1.150,00	1.150,00		405,41	405,41		405,41	405,41				35,25
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.150,00	1.150,00		405,41	405,41		405,41	405,41				35,25
0602	DIVERSAS	1.150,00	1.150,00		405,41	405,41		405,41	405,41				35,25
060203	OUTRAS	1.150,00	1.150,00		405,41	405,41		405,41	405,41				35,25
06020304	SERVIÇOS BANCÁRIOS	650,00	650,00		405,41	405,41		405,41	405,41				62,37
Total :		13.859,22	8.483.354,79		6.342.291,72	5.412.449,20	13.859,22	5.384.264,40	5.398.123,62	929.842,52	14.325,58	0,16	63,47

Período : 2025/01/01 C 2025/12/31 C Desagregar : S

Euros

Classificação		Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9) = (4) - (5)	Obrigações por pagar (10) = (5) - (8)	Grau Exec. Orçamental	
Rubrica Orgânica Económica	Designação						Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8) = (6) + (7)			Pers. Ant. (11) = (6) / (2) x 100	Per. Corr. (12) = (7) / (2) x 100
D6	06020305 OUTROS		500,00										
	Despesa de capital		300.914,50		229.337,90	157.789,04		157.789,04	157.789,04	71.548,86			52.44
	Aquisição de bens de capital		300.914,50		229.337,90	157.789,04		157.789,04	157.789,04	71.548,86			52.44
01	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA		300.914,50		229.337,90	157.789,04		157.789,04	157.789,04	71.548,86			52.44
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		300.914,50		229.337,90	157.789,04		157.789,04	157.789,04	71.548,86			52.44
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		300.914,50		229.337,90	157.789,04		157.789,04	157.789,04	71.548,86			52.44
0701	INVESTIMENTOS		300.914,50		229.337,90	157.789,04		157.789,04	157.789,04	71.548,86			52.44
070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		136.333,50		128.382,45	56.833,59		56.833,59	56.833,59	71.548,86			41.69
07010459	OUTROS		136.333,50		128.382,45	56.833,59		56.833,59	56.833,59	71.548,86			41.69
070105	MATERIAL DE TRANSPORTES		40.000,00										
07010502	Material Transporte - Outros		40.000,00										
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		35.395,51		32.681,31	32.681,31		32.681,31	32.681,31				89.79
070108	SOFTWARE INFORMÁTICO		63.185,39		61.014,29	61.014,29		61.014,29	61.014,29				96.56
070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		10.000,00		7.259,85	7.259,85		7.259,85	7.259,85				72.60
070110	EQUIPAMENTO BÁSICO		5.000,00										
070111	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS		10.000,00										
D7	Transferências e subsídios de capital												
D71	Transferências de capital												
D711	Administrações Públicas												
D7111	Administração Central - Estado												
	Português												
D7112	Administração Central - Outras entidades												
D7113	Segurança Social												
D7114	Administração Regional												
D7115	Administração Local												
D712	Entidades do Setor não Lucrativo												
D713	Famílias												
D714	Outras												
D72	Subsídios de capital												
D8	Outras despesas de capital												
D9	Despesa com ativos financeiros												
D10	Despesa com passivos financeiros												
Total :		13.859,22	8.784.769,39		6.571.629,52	5.570.238,24	13.859,22	5.542.053,44	5.555.912,66	1.001.391,38	14.325,58	0.16	63.09



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Assim, e de acordo com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que instituiu o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), apresenta-se os documentos de prestação de contas, aplicando os requisitos da Normas de Contabilidade Pública (NCP), relativos ao exercício de 2025 da Comunidade intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso.

- Demonstrações Financeiras
 - Balanço
 - Demonstração de Resultados por Natureza
 - Demonstração das Alterações do Património Líquido
 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - Mapa de Empréstimos
- Demonstrações Orçamentais
 - Demonstração do Desempenho Orçamental
 - Demonstração Orçamental da Receita
 - Demonstração Orçamental da Despesa
 - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos
 - Dívidas a Terceiros Por Antiguidade de Saldo
- Anexos às Demonstrações Orçamentais
 - Anexo I – Alterações Orçamentais da Receita
 - Anexo II – Alterações Orçamentais da Despesa
 - Anexo III – Alterações ao PPI
 - Anexo IV – Operações de Tesouraria
 - Anexo V – Situação dos Contratos
 - Anexo VI – Transferências Concedidas
 - Anexo VII – Transferências Obtidas

